

ALZENY FLORES PEREIRA

**O ATENDIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DE
CRIANÇAS DE 02 (DOIS) A 05 (CINCO) ANOS NAS
ESCOLAS E TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNICÍPIO DE PORTEL – PA - BR E A
PRÁTICA DOS PROFESSORES QUE ATENDEM
ESSA MODALIDADE**

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Coorientador: Prof. Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2016

ALZENY FLORES PEREIRA

**O ATENDIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DE
CRIANÇAS DE 02 (DOIS) A 05 (CINCO) ANOS NAS
ESCOLAS E TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNICÍPIO DE PORTEL – PA - BR E A
PRÁXIS DOS PROFESSORES QUE ATENDEM
ESSA MODALIDADE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, conferido pela Escola Superior Almeida Garrett, defendida em provas públicas, no dia 25 de maio de 2016, perante o júri com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Paulo Braga

Arguente:

Prof.^a Doutora Ana Pessanha

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Coorientador:

Prof. Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2016

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

EPÍGRAFE

*Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.
Esses fazeres se encontram um no corpo do outro.
Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando.
Ensino porque busco, porque indaguei, porque
indago e me indago. Pesquiso para constatar,
constatando, intervenho, intervindo, educo e me
educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não
conheço e comunicar ou anunciar a novidade.*

Paulo Freire, 2002.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Daniel e Moises que são a razão da minha vida.

Ao meu companheiro.

Aos meus pais.

Aos meus irmãos.

Aos meus amigos.

Enfim, a todos que me ajudaram direta ou indiretamente nessa caminhada.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

AGRADECIMENTOS

A meu pai Davi dos Reis Pereira, um homem simples, dedicado e um grande amigo para todas as horas.

À minha mãe Antônia Carneiro Flores Pereira, mulher batalhadora e de muita fé, mãe carinhosa, amiga e exemplo de muito amor, fortaleza, dedicação e virtude.

Ao meu esposo Oziel Godinho Lobato, companheiro, cúmplice e amigo na jornada da vida, compreensivo, carinhoso e incentivador para todas as horas.

A nossos filhos, Daniel Pereira Lobato e Moises Davi Pereira Lobato, fonte de alegria, estímulo e, esperança de um mundo melhor cheio de amor e paz.

E a todos que participaram desse estudo, principalmente aos professores pesquisados que mesmo com todas as dificuldades e a certeza de ajudar.

A todas as amigas que me ajudaram nessa jornada pelos momentos que compartilhamos na busca do saber em especial a Danielle Gomes, Valéria Oliveira e Marlieth Correa.

Enfim, a todos que de uma forma ou de outra passaram pela minha vida deixando contribuições para a realização deste trabalho.

Os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo em Analisar de que forma ocorre o Atendimento e a Organização das crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos no município de Portel e a práxis dos professores que atendem essa modalidade. E como objetivo específico levantar informações acerca do atendimento da Educação infantil no Município de Portel; Identificar como ocorre essa organização nas escolas; Identificar como é realizado o trabalho pedagógico dos professores da Educação Infantil do Município de Portel. Neste trabalho a noção inspiradora é a formação crítico-reflexiva acerca dos desafios ao atender essa modalidade e de que forma o educador pode levar a fazer face aos novos desafios de contribuir para a melhoria da qualidade de nossa Educação Básica. Os espaços de investigação foram duas escolas da cidade e duas turmas do campo na cidade (uma- CMEI Terezinha de Jesus) e (outra- CMEI Casulo da Mônica) e no Campo duas turmas anexas as escolas Referencias uma anexa a Centro Educacional Rooli e a outra anexa à escola Boa Esperança. Observou-se que o município necessita de mais escolas para que esse atendimento ocorra de fato. Dessa forma conclui-se que o profissional que trabalha com essa modalidade seja de fato comprometido, confirmando assim nossas hipóteses de que só podemos ter uma educação básica de qualidade por meio de uma educação de qualidade, apresentando como características social, política e pedagógica que são indispensáveis ao desenvolvimento do processo educativo.

Palavras-chave: Educação Básica; Educação Infantil; Atendimento e Organização.

ABSTRACT

This study aimed to analyze in how occurs Care and Children Organization of two (2) to five (5) years in the city of Portel and the practice of teachers who meet this mode. And as a specific objective to gather information about the care of children's education in the municipality of Portel; Identify how is this organization in schools; Identify how is performed the pedagogical work of teachers of Children of the City of Portel Education. In this work the inspiring notion is critical-reflexive education about the challenges to meet this type and how the teacher can take to meet the new challenges of contributing to improving the quality of our basic education. Research areas were two city schools and two classes of the field in the city (a- CMEI Terezinha de Jesus) and (other- CMEI Cocoon of Monica) and field two classes attached to schools References to an attached Rooli Educational Center and another attached to school Good Hope. It was observed that the city needs more schools so that this service does occur. Thus it is concluded that the professional who works with this type is in fact compromised, thus confirming our hypothesis that we can only have a quality basic education through quality education, presenting as social characteristics, political and pedagogical that are indispensable for the development of the educational process.

Keywords: Basic education; Child education; Services and Organization.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEPENES	Centro de Atendimento Especializado às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhista
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ISS	Instituto de Segurança Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MSSS	Solidariedade e Segurança Social
PROINFANCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
SEMED	Secretária Municipal de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem

ÍNDICE GERAL

Introdução	11
Parte I. Enquadramento Teórico	15
1. Educação Infantil	16
1.1. O que é a Educação Infantil	16
1.2. Um breve contexto na história da Educação.....	16
1.3. Um breve olhar sobre a Educação Infantil no Brasil.	23
1.4. Fundamentos Legais que legitimam o acesso à Educação Infantil.....	27
1.5. Os pontos e contrapontos da Educação Infantil entre Portugal/Brasil.....	30
1.5.1. Atendimento das crianças de 0 a 3 anos	32
2. O município de Portel: Aspectos Históricos, Geográficos e Socioeconômicos.....	34
2.1. Aspectos Históricos	34
2.1.1. Informações Gerais.....	35
2.1.2. Histórico	36
2.1.3. As Missões Religiosas	36
3. Aspectos Geográficos e Socioeconômicos.....	36
3.1. Geográficos	36
Parte II. Estudo Impírico	43
4. Metodologia da investigação.....	44
4.1. Caracterização do Trabalho	44
5. Contextualização da Pesquisa	45
6. Coleta de dados	46
6.1. Aplicação do questionário	46
6.2. A população investigada.....	46
7. Apresentação e Análise dos dados	47
8. O fazer pedagógico dos professores da Educação Infantil do município de Portel	56
Conclusão	61
Referencias Bibliográficas	63
Apêndices.....	I
Anexos.....	IV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Organização do Sistema Educativo Português.....	31
Quadro 2. Organização do sistema educativo Brasileiro	32
Quadro 3. Os dados relativos a Instituições promotoras da Educação Infantil em Portugal ..	33
Quadro 4. Os dados relativos a Instituições promotoras da Educação Infantil no Brasil	34
Quadro 5. Número de alunos por idade	39
Quadro 6. Idade dos Inquiridos	48
Quadro 7. Tempo de Docência.....	48
Quadro 8. Crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola – Taxa de atendimento no município.....	52
Quadro 9. Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola – Taxa de atendimento no município.	52
Quadro 10. Docentes da Educação Infantil por formação	53
Quadro 11. Matrículas de crianças com necessidades especiais	55

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gênero dos Inquiridos	47
Gráfico 2. Formação dos professores	48
Gráfico 3. Professores que possui Graduação	49
Gráfico 4. Professores que possui Especialização	49
Gráfico 5. Percentual da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola	50
Gráfico 6. População de 0 a 3 anos que frequenta a escola.....	51
Gráfico 7. Matrículas, docentes e turmas da Educação Infantil do campo e da cidade nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.....	52
Gráfico 8. Matrículas geral da Educação Infantil no Campo e Cidade	54
Gráfico 9. Matrículas da Educação Infantil em comunidades Quilombolas	54
Gráfico 10. A escola em que você trabalha é adequada para o atendimento à Educação Infantil no município	56
Gráfico 11. Você encontrou ou encontra dificuldades para trabalhar na Educação Infantil ...	57
Gráfico 12. A proposta para se trabalhar a educação infantil no município é concernente a realidade local.....	57
Gráfico 13. A escola possui ambientes que contribuem para trabalhar as atividades desenvolvidas com as crianças	58
Gráfico 14. Existem materiais adequados disponíveis para realizações das atividades	58
Gráfico 15. A distribuição dos alunos nas turmas segue as recomendações das leis vigentes	59

INTRODUÇÃO

“Num passado ainda recente, há cerca de 25 anos, nossa Educação reunia índices alarmantes, apenas 80% dos brasileiros em idade escolar estavam matriculados na escola. A Educação Infantil pública praticamente não existia e milhões de crianças com até 7 anos de idade eram privadas de estudar. Cerca de 20% das que tinham entre 10 e 14 anos eram analfabetas. A situação não era melhor quando se analisava o Magistério o professor ganhava um salário irrisório. Não havia um Plano Nacional de Educação e sistemas de avaliação externa que balizassem a busca por um ensino de qualidade” (Escola Nova, 2011, p.106)

Historicamente a educação perpassa por várias transformações no sentido de universalizar o ensino. Muitos problemas ainda persistem como as dívidas sociais que hoje chamamos de “políticas de inclusão” esse percurso revela muitos desafios que aos poucos incorpora-se ao acesso e a qualidade. Diante desse quadro e se passando já duas décadas, observa-se que aos poucos mesmo que engatinhando o acesso está chegando, na pré escola que atende crianças de 4 e 5 anos ultrapassa 81%. A taxa de analfabetismo baixou o que mostra que a educação aos poucos está sendo alcançada. Mas ainda se precisa garantir os direitos as crianças.

Para tanto a Educação Infantil implica em uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham solidez, constância e compromisso, possibilitando à criança internalizar as formas cognitivas de pensar, agir e operar em sua comunidade.

“Melhorar a aprendizagem (a capacidade de aprender) e o aprendizado (o conteúdo a ser aprendido) das crianças é fundamental e deve ser uma prioridade no país. A Primeira Infância compreende a fase dos 0 aos 5 anos e é um período crucial no qual ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas” (Bretani et al. 2014).

Sendo assim, tanto no Brasil a “Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (1999) enfatizam e afirmam a importância do exercício da cidadania e da participação social” e que os sistemas de ensino e os estabelecimentos escolares têm o direito e o dever de elaborar uma proposta curricular própria, de acordo com a realidade do aluno e que relacione as relações entre o comum, aquilo que deve pautar a educação de todos e que está expresso nos documentos que garantem esse ensino, e o particular, ou seja o contexto de cada sistema e/ou estabelecimento, que trabalhe diretamente essa realidade como por exemplo as turmas que são atendidas no campo que trabalha realidades diferentes da cidade.

Nesse sentido a LDB, no artigo abaixo expõe sobre isto da seguinte forma:

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Brasil, 2012, p. 19).

Nesta perspectiva, a compreensão de que a escola não modifica a sociedade, mas pode contribuir de maneira significativa para a mudança da mesma, se desempenhar o seu papel de ensinar criticamente para a vida, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania, pois a escola como organização encarregada de transmitir a herança cultural, precisa dar ênfase às inovações, não só destacar problemas, precisa pensar em mudanças, acreditando-se como formadora de cidadãos, estudando diferentes formas de ensinar e aprender.

Adas e Musa enfatiza que:

“A vida escolar tem papel fundamental na formação de crianças pequenas, uma vez que contribui para que os progressos se deem de forma saudável por meio de vivências, atividades e ideias que são compartilhadas e orientadas. A convivência em um ambiente que coloca a criança em contato com outras crianças e adultos (diferentes daqueles que compõem seu núcleo de convívio familiar) suscita novas aprendizagens que impulsionam o desenvolvimento infantil, no sentido de ampliar suas redes de relações e suas regras de sociabilidade” (Adas e Musa. 2012, p. 05).

Desde a educação infantil a escola precisa ser espaço de socialização, pois como instituição contextualizada, tem que ter uma educação voltada para o desenvolvimento integral do sujeito, com suas metas definidas e claras. Neste sentido, “promover com qualidade a primeira etapa da educação sistematizada da criança de zero a seis anos, levando em consideração as diferenças de classe social entre outros fatores é voltar à educação para a cidadania, gerando indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no meio e transformá-lo” (Oliveira, 2004, p. 23).

Sendo assim, sobre o desenvolvimento humano, Bretani (2014), afirma que:

“O desenvolvimento do indivíduo é um processo dinâmico e maleável que ocorre por fatores genéticos, condições do meio no qual está inserida e em função de seu próprio comportamento e ao modo como interage com aqueles fatores. Cada criança tem uma bagagem genética, uma espécie de “código” biológico, que não é determinante para a maioria das funções, mas que influencia os modos como ela irá responder às mudanças que acontecem no ambiente em que se encontra. No repertório das interações incluem-se aquelas que são desencadeadas por iniciativa da própria criança ao agir sobre as coisas (meio ambiente físico) e pessoas (meio ambiente social), assim como suas respostas às mesmas. A criança tem um papel ativo nesse processo, adquirindo gradualmente habilidades para se tornar independente e autônoma” (Bretani et al. 2014, p. 6).

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Neste sentido o município de Portel localizado no estado do Pará – Brasil, ainda apresenta muitos entraves para o desenvolvimento educacional nessa modalidade, ainda não tendo garantia de atendimento para todas as crianças que estão com idade obrigatória no ensino e nem uma organização nos espaços que são atendidas.

A escolha da temática “Educação Infantil: “O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade” objetivo em Analisar de que forma ocorre o Atendimento e a Organização das crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos no município de Portel e a práxis dos professores que atendem essa modalidade. E como objetivo específico levantar informações acerca do atendimento da Educação infantil no Município de Portel; Identificar como ocorre essa organização nas escolas; Identificar como é realizado o trabalho pedagógico dos professores da Educação Infantil do Município de Portel é apontada como um dos principais fatores intervenientes nesse resultado. Neste trabalho a noção inspiradora é a formação crítico-reflexiva acerca dos desafios ao atender essa modalidade e de que forma o educador pode levar a fazer face aos novos desafios de contribuir para a melhoria da qualidade de nossa Educação Básica. “Compreende-se a infância como a concessão ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial de vida, ou como o próprio período foi vivido pela criança, e como foi a sua vida em todas as suas vertentes”. (Kuhmann, 2002, p.15).

Para dar corpo a este estudo, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução, parte I - enquadramento teórico, parte II– o estudo empírico e a conclusão.

Na Introdução é feita uma apresentação da temática, justificando a escolha e a pertinência do tema no campo educacional, sendo também traçados aí os objetivos e definido o objeto de estudo. No enquadramento teórico, abordamos primeiramente as questões político educacionais a educação básica em questão a Educação Infantil onde é relatada um contexto da Educação Brasileira.

Dando continuidade, tratamos sobre o olhar da Educação Infantil, tendo foco principal os avanços e retrocessos em nosso sistema educacional brasileiro e os fundamentos legais da educação infantil.

Consecutivamente, tratamos sobre os contrapontos da Educação Infantil entre Portugal e Brasil e como está organizado essa modalidade no município de Portel.

A segunda parte corresponde ao estudo empírico, em que apresentamos: os objetivos que é analisar de que forma ocorre esse atendimento e a organização das crianças de 2 a 5

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

(cinco) anos no município de Portel. Levantando informações acerca desse atendimento e como é realizado o trabalho pedagógico dos professores da Educação Infantil, para tanto o que se propõe é uma reflexão sobre a temática, haja vista, que o caminho a percorrer diante desse novo contexto educacional, que ainda está permeado por dificuldades e desafios; a metodologia adotada, com a caracterização do trabalho; a análise documental, o inquérito por questionário; a formulação do problema, que trata das mudanças ocorridas no campo da Educação Básica, com a extensão da Educação Infantil; os fatores inerentes ao Atendimento e Organização de crianças de 2 a 5 anos para que haja uma educação de qualidade. Finalizando com uma conclusão em que se evidenciam os principais resultados obtidos.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

PARTE I.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1. O que é a Educação Infantil

“Não existe um sentido único para a Educação Infantil. Ela deve ser entendida em amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas” (Proinfancia¹, 2007).

É importante ressaltar que a Educação Infantil sendo a primeira etapa de formação do sujeito aprendiz, realizada em um ambiente não doméstico ocorre em instituições públicas ou privada onde a mesma tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto essencial para o desenvolvimento, onde tem um significado real para a vida das crianças, e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos.

1.2. Um breve contexto na história da Educação

Mascarello diz que “A colonização surgiu em meio à expansão econômica de certos Estados Europeus, que buscavam superar as relações feudais, bem como intensificar a acumulação de capital, e acelerar o processo de formação dos Estados Nacionais centralizados” (Mascarello, 2006, p. 7). Dessa forma buscou-se “Portugal, Espanha, Países-Baixos, França, Inglaterra, do século XV ao XVII, realizaram sucessivamente a transição para a forma moderna de Estado, e se lançam à elaboração de seus respectivos impérios coloniais” (Novais, 1995, p. 50). Daí o início a partilha das terras que ainda não foram colonizadas, conforme se constata pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

Mascarello enfatiza que:

“A colonização se constituiu na organização de uma economia complementar a da metrópole, o que tornava as colônias um instrumento de poder das suas correspondentes colonizadoras, mas também uma preocupação a mais para resguardar tal império diante das demais potências, pois, considerando que a riqueza de um país estava na acumulação de metais/moedas (ouro e prata), necessitou-se concentrar na metrópole o exercício do monopólio sobre o comércio e a administração da colônia. Assim, a economia colonial se desenvolveu sobre a agricultura e a mineração, exercida pela mão-de-obra escrava, o que assegurava os interesses dos exploradores na lógica de acumulação capitalista. Tal proposição econômica não era vislumbrada num modelo de trabalhador assalariado, porque

¹Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – (PROINFÂNCIA). O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

acreditava que, neste processo, os indivíduos, diante da abundância de terra, optariam por produzir a sua subsistência, desencadeando, assim, um descontrole da metrópole sobre a colônia” (Mascarello, 2006, p.8).

Ainda segundo Mascarello “dentre as Ordens religiosas existentes no período, a de maior importância foi a Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1540. Esta data é tida como marco do início da história da educação no Brasil.” (Mascarello, 2006, p. 9)

A Companhia de Jesus se organizou entre a atividade educacional tida como a principal, voltada para a catequização (conversão) dos índios, e os serviços religiosos voltados para os colonos. Para cumprir tal missão a companhia recebia subsídio do Estado.

Nesta primeira comitiva que chegou ao Brasil acompanhando o governador geral Tomé de Souza, estava o Padre Manoel da Nóbrega responsável no período (1549 a 1553) pela companhia provincial. O padre foi quem apresentou a primeira política educacional voltada para a construção de “recolhimentos” para meninos indígenas, onde lhes era ensinado a doutrina cristã, os bons costumes, as primeiras letras. Os mais hábeis aprendiam o latim, os outros nativos que não se destacavam para este aprendizado, eram direcionados para o ensino profissional agrícola ou manufatureiro. Com o tempo a proposta foi desautorizada pela ordem, o que resultou na dissolução desta estrutura em favor dos colégios, mas sem o ensino profissional e, sem a presença dos índios.

Os estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus seguiam normas padronizadas, sistematizadas na Ratio Studiorum, que foi construída sobre meio século (1548 a 1599) de experiência. Sua redação se efetivou sobre o acúmulo de material em dezenas de anos e sobre a crítica dos melhores pedagogos da ordem na província da Europa, também se submeteu à prova de experiência nos colégios, até que sob a luz de algumas sugestões foi promulgada em 1599.

Mascarello, afirma ainda sobre este período o seguinte:

“O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia em 1550. Em 1553 passou a funcionar o curso de Humanidades. E em 1572 os cursos de Artes e Teologia. Toda esta organização perdurou até 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos do reino português e do Brasil. Ao longo destes duzentos anos de atividade, a ordem de Inácio chegou a dirigir 578 colégios, 150 seminários e 728 casas de ensino no mundo” (Romanelli, 1983, p.33 -35 apud Mascarello 2006, p. 9).

A expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses foi desencadeada por inúmeros fatores dos quais apontaremos apenas alguns.

Desde o início da colonização, Estado e igreja, confundiam suas atribuições. A Igreja sempre esteve presente no cotidiano da sociedade com funções que iam desde catequizar e civilizar os índios, até instaurar todo o sistema de ensino, além de outras funções que exerceram, conforme apresenta Gonçalves:

“Além de educadores e missionários, os jesuítas fizeram sentir sua presença no Brasil através de várias outras funções que exerceram durante todo o período colonial: como conselheiros das principais autoridades administrativas, “como construtores das maiores bibliotecas da colônia, como exploradores de sertões, e como linguistas, historiadores, antropólogos, botânicos, farmacêuticos, médicos, arquitetos e artesãos dos mais diversos tipos” (Gonçalves, 1998, p. 38, apud Mascarello, 2006. p.9).

Sendo assim, Mascarello relata que “no início do processo os jesuítas viviam de esmolas dadas pelos colonos e de pensões da Coroa, o que era insuficiente para sua manutenção”. (Mascarello, 2006, p. 10). Contudo, posteriormente passaram a receber concessões territoriais como ajuda da Coroa, o que lhes rendeu uma produção maior de capital, que foi revertido para aquisição de lavouras de subsistência e canaviais com engenhos, colégios, inúmeras fazendas de criação de gado, cavalos, porcos, ovelhas, cabras e aves, sem falar que a ordem religiosa tornou-se uma das maiores proprietárias de escravos no Brasil. Isto veio evidenciar, que os caminhos assumidos pelo clero deixavam de ter um caráter puramente moral e missionário.

Esta postura foi reforçada ainda, pelos conflitos desencadeado entre colonos e jesuítas quando os jesuítas passaram a desviar algumas mercadorias que chegavam ao porto para os seus armazéns, comercializando-as com isenção de tributos alfandegários, isto significava uma concorrência desleal com os colonos. Outro motivo de conflito foi o controle exercido pelos jesuítas, sobre a mão-de-obra indígena.

Apesar das tensões já existirem há algum tempo, estas se acirraram na década de 1750, com a substituição do Tratado de Tordesilhas de 1494, pelo Tratado de Limites de 1750, entre Portugal e Espanha, o qual visava pôr fim às disputas territoriais dos referidos países, e que contudo agravou o conflito com os jesuítas na região das Sete Missões, onde, após frustradas tentativas de inspeção territorial, deu-se início a uma violenta batalha entre soldados dos dois países contra guerreiros guaranis organizados pelos jesuítas.

Neste período, também, morreu D. João V e D. José I assumiu o trono. No entanto, pouco familiarizado com os negócios do Estado, nomeia Sebastião José de Carvalho e Mello para Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e gradativamente outros cargos. Em

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

1759, Carvalho e Mello recebeu o título de Conde de Oeiras e mais tarde em 1770, o título de Marquês de Pombal, pelo qual se tornou mais conhecido.

Tendo em vista que a prosperidade de Portugal dependia da economia colonial, o Secretário implementou políticas econômicas, visando um aumento na arrecadação real para reforçar o Estado, como verificamos em Gonçalves “A política pombalina tinha como objetivo primordial o fortalecimento do Estado, através da subordinação de todos os setores à Coroa, entre esses estavam o clero e a nobreza, que gozavam, até então, de certa autonomia”. (Gonçalves, 1998, p. 45)

Entretanto, tal medida provocou um descontentamento de um dos setores que produziu um atentado (frustrado) contra o rei. O episódio serviu de pretexto contra a nobreza e a Companhia de Jesus, quando a Companhia foi indicada como cúmplice pela influência que exercia sobre a nobreza, repercutindo na expulsão dos jesuítas em 1759. A Coroa ficou com todos os bens da ordem. Seus colégios e propriedades foram leiloados ou usados para outros fins (Hospital Militar, Faculdade de Medicina, e outros).

A política pombalina constituiu um conjunto de medidas para que Portugal processasse uma indústria como da Inglaterra, numa tentativa de superar a dominação.

Neste sentido, Almeida informa que um dos teóricos do período que ilustraram a Reforma Pombalina, seria Antonio Nunes Ribeiro Sanches, onde concluiu que “domina os poderes da sociedade quem tiver o poder do saber, isto é, as Luzes” (Almeida, 2003, p. 105), ou seja, só por meio de uma reforma educacional é que se poderia fortalecer o Estado.

Daí que o Alvará Régio de 1759 que extingue as Escolas Jesuítas, também estabelece a Reforma dos estudos menores, criando, assim, a rede de Aulas Régias para o Reino e colônias.

Como a Reforma de 1759 abarcou apenas o ensino das Humanidades, o ensino voltado às Ciências ficou para as Reformas das Universidades de 1772, onde foi integrado o curso de Filosofia. Temos aqui o marco para os primeiros cursos superiores sem o caráter teológico, mas profissional, prático, para ocupar os cargos administrativos e políticos, conforme Romanelli, explicita abaixo.

“A presença do príncipe Regente, D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não-teológicos) na Colônia. Embora organizados na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores, distinguiram-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, está mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, que tiveram a Incumbência de formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Rio de Janeiro foram as células das nossas primeiras Faculdades de Medicina. Não se pode omitir a criação de um curso de Economia Política, que ficou a cargo de José da Silva Lisboa. O Gabinete de Química organizado na Corte e o Curso de Agricultura criado na Bahia, em 1812, foram duas tentativas de implantação do ensino técnico superior, que, se não vingaram, pelo menos tiveram o mérito de trazer para a Colônia opções diferentes em matéria de educação superior [...]” (Romanelli.1983, p. 38).

Sendo assim, os rumos dados à educação no Brasil durante o período colonial foram estes, com políticas que sempre estiveram permeadas pelos interesses da igreja e da coroa portuguesa. Pois, coube à igreja, através da ordem jesuíta, implantar todo o sistema educacional na Colônia, o que serviu de suporte para o desenvolvimento da cultura nestas terras.

Assim, os caminhos percorridos pela educação até este período do Império, apontam para uma orientação que, conforme já constatamos, ora se deu para a formação dos padres no exercício da atividade missionária, ou ora para a formação dos quadros para o aparelho do Estado (ofícios da justiça, fazenda e administração), mas sempre para a formação dos filhos da classe dominante (proprietários de terras, minas e mercadores), evidenciando que a educação não era para atender a todos, mas apenas uma classe, a dominante.

O contexto que se segue com o século XIX na Europa, para discussões no âmbito de lutas por um Estado democrático, o que traz à tona princípios como liberdade, igualdade e fraternidade. Tais princípios universais tensionaram os antigos sistemas coloniais a superarem seus modos de produção estruturados sobre a mão de obra escrava, adequando-se, portanto, às tendências do modo de produção capitalista que se fundam na mão-de-obra livre. Neste sentido, à medida que esta organização de trabalho livre vai se incorporando ao sistema, em detrimento do trabalho escravo, as atenções e críticas passam a centrar-se em torno das instituições de regime monárquico, por serem estes regimes de caráter pouco democrático.

Entretanto, no que tange às propostas para educação no Brasil, estas foram permeadas por intenso debate posto pelos positivistas (corrente positivista, baseia-se na filosofia de Augusto Comte, que idealiza um homem prático, através de uma educação utilitarista, onde há uma exaltação do cientificismo, critério fundamental para a transformação da sociedade) que se colocaram contrários, aqui, àquelas propostas difundidas na Europa. Conforme nos apresenta Schelbauer, no Brasil, “os positivistas são os mais ardentes opositores à intervenção do Estado na educação [...], à medida que, na Europa, o princípio da intervenção do Estado era fortemente defendido pelos positivistas [...]”(Schelbauer, 1998, p. 59). Além deste fator, a autora ainda apresenta outro que conduziu a este episódio de conflito,

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

a função da educação, que num primeiro momento teve uma direção e depois (final de 1880) adquire outra:

“[...] as razões que motivaram as primeiras discussões sobre a difusão da instrução pública elementar estavam diretamente vinculadas ao processo, de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, por isso, atribuiu-se à educação a função de qualificar a mão-de-obra necessária para efetivar essa transição, sem aprofundar a crise econômico-social.[...] As preocupações, que antes estavam centradas na qualificação da mão-de-obra do liberto e do trabalhador nacional para as grandes lavouras ameaçadas pelo fim da escravidão, voltam-se para a criação de um sistema nacional de educação com a finalidade explícita de unificar a luta pela existência da nação brasileira, fazendo emergir, através da educação, uma alma nacional, dificultada pela disputa entre os poderes locais e o poder central, que a descentralização criava” (Schelauer, 1998, p. 60).

No entanto, neste primeiro momento, o que surge é um governo provisório, o qual teve por incumbência reordenar o país. Para isso, nomeou uma comissão para elaborar o projeto constituinte. A constituição provisória foi outorgada em 22 de junho de 1890, sob o decreto nº 510, como “Constituição dos Estados Unidos do Brasil”. O novo regime supriu-se de grande apoio por parte do exército, de positivistas, de republicanos, de maçons, de liberais e de trabalhadores.

Este momento histórico é um marco na educação por conta dos vários conflitos que se acirraram no âmbito educacional. No centro da disputa entre liberais e católicos, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), dirigido pelo então Ministro Francisco Campos que promove a Reforma de 1931.

No contexto de todo este discurso da educação entre governo, liberais e católicos, ocorreu a promulgação da Constituição do país em 1934, que determinou a União a “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país” (Ghiraldelli Jr, 2001, p. 45). Esta Carta ainda orientou a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, com caráter gratuito no ensino primário e com frequência obrigatória.

Neste ordenamento a educação foi se alterando. De início, o Estado se desincumbe da educação pública, passando a educação integral como primeiro dever e direito da família, só depois o Estado aparece como colaborador, isto se reforça no caráter gratuito do ensino primário, que se restringe àqueles que alegarem escassez de recursos. Aos outros caberá uma contribuição mensal. Esta proposta reflete um caráter de escola pública paga. O documento ainda vai determinar ao Estado a sustentação do ensino profissional para as classes menos favorecidas.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Assim, no sentido de cumprir com a Constituição, o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, em 1942, iniciou as reformas que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino.

Em 22 de janeiro de 1942, através do Decreto-lei nº4.028, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e na sequência, em 30 de janeiro de 1942, sob o Decreto-lei nº 4.073, criou a Lei Orgânica do Ensino Industrial e em 9 de abril de 1942, através do Decreto-lei nº 4.244, a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

No ano seguinte legaliza o Ensino Comercial com o Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943.

A Lei Orgânica do Ensino Primário só foi apresentada em 2 de janeiro de 1946 sob o Decreto-lei nº 8.529, que veio acompanhada pelo Decreto-lei nº. 8.530, Lei Orgânica do Ensino Normal.

Durante este período de maior repressão do regime, é implantada em 11 de agosto de 1971 a nova Lei de Diretrizes e Base para o Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692, a qual agrupou o curso primário e o ciclo ginásial em Ensino de 1º grau, extinguindo o exame de admissão, atendendo alunos de 7 a 14 anos. Já o ciclo colegial tornou-se integralmente profissionalizante como 2º grau, com 130 habilitações técnicas a serem escolhidas conforme a necessidade regional. Ressalvas para os colégios privados, que ludibriaram a imposição e continuaram a ofertar o preparatório para a universidade.

Em meio a este emaranhado de acontecimentos econômicos e sociais, que o país viveu, tivemos ainda a promulgação da Constituição Federal democratização do ensino, dando como princípios para a educação a obrigatoriedade, configurada pelo acesso e a permanência na escola, garantida pela gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais. A referida lei ainda estabelece um Plano Nacional de Educação, que conduza à erradicação do analfabetismo, à universalização e à melhoria da qualidade do ensino.

A lei maior do país foi seguida pela primeira eleição direta para presidência da república, a qual foi realizada em 15 de novembro de 1989.

As políticas que transcorreram este contexto foram orientadas por princípios privatistas, bem como, voltadas ao capital financeiro e estrangeiro, aprofundando ainda mais a dependência econômica do país.

Por fim, todo este cenário deu o tom, em 20 de dezembro de 1996, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394. O documento dispôs sobre todos os níveis da educação escolar, sendo este dividido em dois: o primeiro engloba a Educação Básica, que

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

compreende educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e o segundo, a Educação Superior. A educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional, a Educação Especial, a Educação Indígena e a Educação a Distância, foram enquadradas como modalidade educacional.

Desta forma o Ensino de 1º grau passa a ser denominado Ensino Fundamental, atendendo ao mesmo público, dos 7 aos 14 anos, em caráter gratuito e obrigatório. Muitas das orientações dos documentos voltavam-se para este nível, visando à erradicação do analfabetismo, com a universalização do ensino.

O Ensino de 2º grau passou a ser denominado Ensino Médio, preservando seu caráter histórico de formação geral preparatório para o Ensino Superior.

Já o Ensino Superior é mais extenso na sua estruturação, pois sofreu maior interferência com a racionalização, flexibilização e parcerias na gestão dos recursos financeiros.

No que tange à Educação Profissional, esta foi regulamentada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, que desvincula-a necessariamente dos níveis de ensino. Sofreu ainda uma divisão em 3 níveis: o Básico, que independe da escolaridade, o Técnico, que requer nível médio e o Tecnológico, um curso superior de curta duração.

Portanto, o que não se implementou, através das diretrizes do ensino, o governo buscou junto aos inúmeros programas criados no contexto. Assim, a educação tomou rumos alicerçados numa proposta de racionalização dos custos, num horizonte de parcerias, aliada ao desenvolvimento das habilidades e competências, que as políticas orientadoras do período reforçaram.

1.3. Um breve olhar sobre a Educação Infantil no Brasil.

A história da educação infantil é relativamente recente no país. Foi nas últimas décadas que o atendimento a criança menor de sete anos de idade em creches e pré-escolas nasceu mais significativa e aceleradamente. Esse crescimento é motivado pelo aumento da demanda por instituições de educação infantil decorrente da inserção, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Kuhmann Júnior, sobre isto afirma que:

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

“Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização” (Kuhmann Júnior, 2003, p.469).

Nas últimas décadas a expansão da educação infantil vem sendo observada, arranjos alternativos foram se constituindo.

Faz-se necessário entender o caminho histórico dos modelos de educação institucionalizada de crianças no Brasil para compreensão da atual conjuntura de relações sociais e, sobretudo, reivindicação de políticas públicas educacionais para um atendimento pedagógico nessas instituições.

Souza sobre isto, relata que:

“A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso. [...] No setor público, o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim-de-infância da Escola Caetano de Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Froebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas” (Souza, 2007, p. 15-16).

No Brasil, a educação da criança pequena fora do espaço doméstico e do convívio familiar, iniciou-se no final do século XIX a partir de diversos contextos de demandas, ora como forma de combate à pobreza, na perspectiva do Estado, ora como salário complementar, na perspectiva familiar.

Marafon, destaca que:

“O atendimento às crianças de 0 a 5 anos em instituições especializadas remonta sua gênese com as transformações de ordens sociais e econômicas, que de fato provocaram mudanças nas relações de trabalho em função do modo de produção capitalista, ocasionando, exemplo, o abandono da mulher dos afazeres domésticos e cuidado/criação dos filhos pela necessidade de sobrevivência familiar. Também havia pressão social dos trabalhadores urbanos que perceberam na creche um direito viabilizador de melhores condições de vida, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos apareceu no Brasil no final do século XIX, pois antes deste período, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches praticamente não existia. Na zona rural, onde vivia a maior parte da população, as famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das crianças abandonadas, geralmente

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

fruto da exploração sexual da mulher negra e índia, pelo senhor branco. Na área urbana, bebês abandonados, por vezes filhos de moças pertencentes a famílias de prestígio social, eram recolhidos na roda dos expostos” (Marafon. 2012, p. 13-14).

No século XX, a educação brasileira acompanha transformações econômicas, políticas e sociais, entre as quais se destacam o debate em torno do cuidado, preservação e preparação da infância. O movimento escolanovista abordou uma proposta educacional inovadora para a época, no qual buscou pensar e o momento histórico começou a ser pensada em uma nova forma de educar a criança pequena, que até então predominava eram as práticas baseadas em experiências europeias.

"Na década de 1920, passava-se a defesa da democratização o ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais" (Kramer, 1995, p. 55). Até esse período, as instituições de educação infantil possuíam caráter unicamente filantrópico.

Segundo Kuhmann Junior (1999, p.61) “filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade”. A partir de 1930, o Estado assumiu o papel de buscar financiamento de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Diversos órgãos foram criados voltados à assistência infantil como Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Previdência Social e Assistência social, Ministério da Educação e também a iniciativa privada. A preocupação da década centrava-se no combate à mortalidade infantil, por isso optaram por desenvolver atividades voltadas para educação física e perspectiva higienista das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas.

Neste momento histórico iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de modo desordenado e com o intuito de respostas imediatas, como se os problemas infantis criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições.

Em 1940 surgiu o departamento Nacional da Criança, cuja finalidade era a ordenação das atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, administrados pelo Ministério da Saúde. Por volta de 1950 disseminou-se a tendência médico-higiênica do Departamento Nacional da Criança, desenvolvendo vários programas e campanhas visando segundo Kramer, o “[...] combate à desnutrição vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico realizadas no Instituto Fernandes Figueira. Era também fornecido auxílio técnico para a criação, ampliação ou reformas de obras de proteção materno-infantil do país, basicamente hospitais e maternidades” (Kramer, 1995, p.65).

Nos anos de 1960, o Departamento Nacional da Criança enfraqueceu-se e teve que transferir algumas de suas responsabilidades para outros setores, predominando o caráter médico-assistencialista, cuja ênfase eram ações de redução da mortalidade materna infantil.

Na década de 1970, tem-se a promulgação da lei nº 5.692 de 1971, o qual faz referência à educação infantil, dirigindo-a como ser conveniente à educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. Em outro artigo, é sugerido que as empresas particulares, as quais têm mulheres com filhos menores de sete anos, ofertem atendimento a estas crianças, podendo ser auxiliadas pelo poder público. Tal lei recebeu inúmeras críticas, quanto sua superficialidade, sua dificuldade na realização, pois não havia um programa mais específico para estimular as empresas a criação das pré-escolas.

No final dos anos 70 e, sobretudo na década de 80, surgiu em São Paulo o “Movimento de Luta por Creches”. Sobre este movimento Merisse diz que:

“O Movimento de luta por creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania, modificando e crescendo significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e a família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável” (Merisse, 1997, p. 49).

A situação criou novos canais de pressão sobre o poder público. O resultado desses movimentos foi o aumento do número de creches e pré-escolas mantidas pelo poder público e a multiplicação de creches e pré-escolas particulares conveniadas com os governos municipais, estadual e federal.

Este breve histórico da Educação Infantil no cenário brasileiro nos possibilita compreender que a Educação Infantil tem sua origem e materialidade com a prestação de assistência à saúde e preservação da vida, não se vinculando com o fator educacional

Barreto, coloca que “atenção à Educação Infantil no Brasil é decorrente das últimas duas décadas de reflexões, pois a partir da LDB a Educação Infantil passou a ser o início da Educação Básica, buscando abolir a visão assistencialista e com o olhar na formação dos profissionais que atuam nessa área”. (Barreto, 2008, p.24)

1.4. Fundamentos Legais que legitimam o acesso à Educação Infantil

Em quais dispositivos legais estão garantidos à criança em idade de Educação Infantil a apropriação da cultura num espaço socializador, acolhedor e, sobretudo, que espelhe seu tempo de ser criança? Tal indagação encontra-se repousada na legislação vigente como Constituição Federal de 1988, Estatuto à Criança e Adolescente de 1990, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394 de 1996, que então se constituem objeto de importante análise, dos quais alguns artigos referem-se estas especificidades

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso IV, determinou como "o dever do Estado com a educação às crianças de zero a cinco anos 2) será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola." (CF, 1998). Assim, a Constituição Brasileira teve um papel decisivo na afirmação dos direitos da criança, pois ampliou o que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1942 já consagrava como direito das mulheres trabalhadoras à amamentação de seus filhos, legitimando o direito à educação da criança nos seus primeiros anos de vida.

Ao definir, como direito da criança de 0 a 5 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola, a Constituição criou uma obrigação para o sistema educacional, pela qual teve que se equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 ratificou que "é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade (ECA, artigo 54, inciso IV).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 4º, inciso IV, confirmou, mais uma vez, "o atendimento gratuito em creche e pré-escola como dever do Estado. Também estabeleceu que o atendimento a essa faixa etária está sob a incumbência dos municípios (artigo 11, inciso V), determinando que todas as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, estejam inseridas no sistema de ensino.

Marafon, sobre isto afirma o seguinte:

“As ações devem ser implantadas principalmente pelos municípios, cabendo aos Estados executá-las de forma suplementar. Após a Constituição surgiram leis no âmbito da Saúde e da Assistência Social, compreendendo a prioridade do atendimento à criança de 0 a 6 anos por estas áreas. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica” (Marafon, 2012, p. 20).

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

A educação infantil através da nova LDB passou a ser oferecida em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao município o oferecimento da educação infantil em creches e pré-escolas, mas ambas as instâncias mantêm como prioridade o ensino fundamental. Ao Município compete também baixar normas complementares às leis maiores, bem como autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seus sistemas de ensino, e aqueles mantidos por particulares.

Um dos critérios de credenciamento de instituições de educação infantil é a proporção criança/educador, sendo que essa proporção expressa uma medida e contribui para a avaliação da qualidade do atendimento que, por outro lado, acentua o alto custo desse serviço.

Houve um aumento significativo no atendimento em creches e pré-escolas nos últimos anos refletindo uma tendência à universalização da educação infantil em contexto institucional. Reforça-se, portanto, a concepção de que a creche constitui um bem, uma conquista, um direito não só para o filho da mãe trabalhadora, mas uma instituição educacional potencialmente destinada a todas as crianças.

Segundo Nascimento (2010, p.100), “alguns municípios privilegiaram a implantação ou aprimoramento da pré-escola e do ensino fundamental em detrimento da creche, que por suas características apresenta um custo elevado, dificultando, assim, a participação de verbas públicas na ampliação e manutenção desse atendimento”.

Em síntese, não se colocou a Educação Infantil como ensino obrigatório, como no caso das crianças a partir dos seis anos de idade, mas reconheceu a sua importância ao defini-la como a primeira etapa da educação básica e como direito de toda a criança de zero a cinco anos de idade, sempre que seus pais ou responsáveis assim o desejarem ou necessitarem. O ordenamento legal, especificidade, princípios e diretrizes da Educação Infantil, no contexto brasileiro, confirmaram que mudanças de inegável importância têm permeado e determinado novas formas de trabalho junto às crianças de zero a cinco anos de idade. São desafios ainda em processo de superação, quando há a constatação de que, apesar da Educação Infantil constituir-se em um direito de cidadania das crianças, milhares delas continuam sem acesso à mesma. E, além disso, a qualidade do trabalho oferecido em muitas dessas instituições permanecem aquém dos parâmetros considerados satisfatórios pelo atual arcabouço legal, político e pedagógico.

Reitero a necessidade de uma política de educação infantil, integrada e articulada nas três esferas de governo: União, estados e municípios. As pesquisas apontam cada vez mais, em direção a importância dessa fase para o desenvolvimento integral da criança, como ser único e indivisível, completo e dinâmico, em intensa relação com as pessoas e o com o meio social onde está inserida.

A inserção da Educação Infantil ao sistema regular de ensino definiu as instituições que atuam com essa faixa etária, como instituições educativas, sejam elas públicas, particulares com fins lucrativos ou particulares sem fins lucrativos. São responsáveis, junto com as famílias, pela promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos, além de garantir-lhes a higiene e a saúde.

Dessa forma considera-se então como educação infantil o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 5 anos e 11 meses. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional chama o equipamento educacional que atende crianças de 0 a 3 anos de “creche”. O equipamento educacional que atende crianças de 4 a 5 anos se chama “pré-escola”. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento o registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Recentes medidas legais modificaram o atendimento das crianças Pré Escola, pois alunos com seis anos de idade devem obrigatoriamente estar matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental. Os dispositivos legais que estabeleceram as modificações citadas são os seguintes:

O Projeto de Lei nº 144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006, estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida estabeleceu um prazo para que Municípios, Estados e Distrito Federal pudessem implantar até 2010. Durante esse período os sistemas de ensino tiveram prazo para adaptar-se ao novo modelo de pré-escolas, que agora passarão a atender crianças de 4 e 5 anos de idade.

Esta lei alterada pela lei número 12.796 que altera a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Como novidade, o texto muda o artigo 6º tornando “dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade.”

1.5. Os pontos e contrapontos da Educação Infantil entre Portugal/Brasil

É notório dizer que de fato há varias distinções entre a política de atendimento, organização e práxis pedagógica entre Brasil e Portugal e percorrendo por este estudo observa-se que na forma como são implementadas as políticas de Primeira Infância, transversais a diferentes áreas, como Educação, Saúde, Assistência/Segurança Social, Cultura e Direitos Humanos são diferenciadas. Em Portugal, dois ministérios dividem a responsabilidade pela educação e pelo cuidado com a faixa etária dos 0 aos 5 anos. Solidariedade e Segurança Social (MSSS) encarrega-se das crianças de 0 a 3 anos, e Educação e Ciência (MEC), das de 3 a 5 anos. Assim, até a conclusão desta pesquisa, as creches, ao contrário das pré-escolas, não faziam parte do sistema educacional português (veja quadro “Organização do sistema educativo português”). Apesar disso, o país não deixava de zelar para que houvesse um componente educativo qualificado nas creches, com profissionais bem preparados por meio de sistemas de formação continuada e monitoramento e avaliação constantes, buscando a qualidade das ações. No Brasil, toda a faixa etária dos 0 aos 5 anos, além de ser destinatária de políticas de Primeira Infância, implementadas em Educação e outras instâncias, é também alvo de políticas de Educação específicas. Creches, da mesma forma que as pré-escolas, integram o sistema educacional. A Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica.

Ressalta-se também outro ponto que se difere entre Portugal e Brasil é como se organizam política e administrativamente. Em Portugal, país pequeno, com população equivalente à da cidade de São Paulo e metade dos municípios paulistas, a gestão educacional é centralizada, ao contrário do Brasil, Portugal faz parte de um bloco de nações que deve seguir certas orientações comuns, também na área educacional – a União Europeia.

Em uma República Federativa democrática de dimensões continentais como o Brasil, o sistema educacional não poderia ser único. Aqui, existe um sistema educacional federal, 26 sistemas estaduais e um distrital. Dos 5.570 municípios existentes, 3 mil possuem sistemas educacionais municipais organizados de forma descentralizada e autônoma. Os municípios, por meio de suas secretarias municipais de Educação, têm a responsabilidade constitucional de decidir, planejar e implementar as políticas educacionais relativas a creches e pré-escolas, articulando-se com os níveis estadual e central. Ao nível central, cabe a difícil tarefa de garantir unidade na diversidade, por meio de Parâmetros e Diretrizes gerais.

Analisando no caso brasileiro, portanto, um grande desafio para uma gestão eficaz é articular as ações dos governos federal, estaduais e municipais – as três instâncias

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

compartilham responsabilidades em relação ao financiamento, planejamento e implementação de políticas que afetam crianças de 0 a 5 anos.

Também analisando na escala do Brasil, é bastante complexo integrar políticas e colocar em prática convênios e acordos de cooperação, em um contexto em que cada instância pode articular-se em torno de um projeto político partidário diferente. A adesão a pactos e acordos suprapartidários em favor da infância pode amenizar a disputa política, colocando os interesses das crianças em primeiro lugar.

Um outro aspecto relevante em relação as diferenças educacionais de Portugal e Brasil estar na organização e a gestão dos sistemas de creches e pré-escolas adotada por Portugal é bastante peculiar e guarda diferenças importantes em relação a outros países, inclusive o Brasil. A seguir, alguns dos aspectos que caracterizam essa organização. Primeiro até os 3 anos, a família é o principal responsável, e o Estado a apoia, segundo dos 3 aos 5 anos, família e Estado são corresponsáveis, terceiro a divisão de tarefas entre dois Ministérios no atendimento a crianças de 0 a 5 anos e quarto o Setor público e privado e níveis de gratuidade no atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

Para as crianças portuguesas em idade pré-escolar (3 a 5 anos) o acesso é universal, mas não obrigatório. A Educação Pré-Escolar em Portugal não está contemplada na escolaridade obrigatória de nove anos. O acesso à educação formal escolar em Portugal é compulsório apenas a partir do primeiro ano do Ensino Fundamental (6 anos de idade), e é mandatória também a permanência na escola até os 15 anos, independentemente da conclusão do ciclo de estudos.

Quadro 1. Organização do Sistema Educativo Português

	Níveis de Escolaridade	Anos de Escolaridade	Anos de Entrada
	Ensino Superior		18
	Ensino Secundário		17
			16
			15
Ensino Básico	3º ciclo Ensino Básico	9 ano	14
		8 ano	13
		7 ano	12
Ensino Básico	2º Ciclo Ensino Básico	6 ano	11
		5 ano	10
		4 ano	10
Escolaridade Obrigatória	1º ciclo Ensino Básico	3 ano	9
		2 ano	8
		1 ano	7
			6
	Educação Pré-Escolar		5
			4
			3

Fonte: Magalhães, A. M.; Alçada, I. Saiba o indispensável sobre... As escolas portuguesas hoje – Como se administram? Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002. p. 8.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Quadro 2. Organização do sistema educativo Brasileiro

Níveis de Escolaridade	Anos de Escolaridade	Anos de Entrada
	Ensino Superior	18
Educação Básica	Ensino Médio	17
		16
		15
Educação Básica	Ensino Fundamental	14
		13
		12
		11
		10
		9
		8
		7
Educação Básica	Educação Infantil/ Pré Escola	6
		5
	Creche	4
		3
		2
		1

Fonte: Ministério da Educação 2014.

1.5.1. Atendimento das crianças de 0 a 3 anos

Como já mencionado as diferenças entre o atendimento de instituições de Portugal e Brasil, assim sendo veremos como ocorre esse atendimento com as crianças de 0 a 3 anos. A educação e o cuidado ocorre de várias maneiras com Atividades no espaço das pré-escolas, atividades para crianças de 3 a 5 anos fora do espaço das pré-escolas. Tendo também outras formas de atendimento Por meio do Instituto de Segurança Social (ISS), o MSSS é o órgão responsável pelas creches em nível nacional e suas atribuições, entre outras, são gerir os recursos públicos destinados ao setor e firmar convênios com as instituições prestadoras de serviço.

Também são existentes as atribuições do MSSS no atendimento às crianças de 0 a 5 anos como: financiar e garantir a qualidade do atendimento oferecido por meio do (a): Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias e Mutualidades. Havendo o principal financiador que é Ministério da Educação e Ciência (MEC) Em nível central, a política educativa – da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior – é da responsabilidade do MEC, que tem por missão definir, coordenar, promover, executar e avaliar as políticas nacionais dirigidas aos sistemas educativo, científico e tecnológico, articulando-as com as políticas de qualificação e formação profissional. Nas regiões autônomas dos Açores e da Madeira, a área da educação é de responsabilidade dos governos regionais, por meio das Secretarias Regionais de Educação, que adaptam a política educativa nacional a um plano regional e gerem os recursos humanos, materiais e financeiros.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

O atendimento acontece também por mulheres da comunidade em seus domicílios, as Amas que são Mulheres desempregadas ou aposentadas que podem candidatar-se a cuidar de até quatro crianças de 0 a 3 anos (mas apenas uma delas pode ter menos de 1 ano) na própria casa. Para se registrarem e se cadastrarem no MSSS, elas passam por um sistema de seleção. O atendimento ocorre também por Creches familiares que é o conjunto de Amas vinculadas/apoiadas por uma mesma organização filantrópica é denominado “creche familiar”: as Amas continuam trabalhando separadas na própria casa, mas têm alguns encontros e apoiam umas às outras, sob a supervisão de técnicos das organizações filantrópicas.

O atendimento no Brasil ocorre em instituições Públicas ou Privadas e são organizadas em Creche e Pré-Escola. Enquanto que em Portugal As pré-escolas ou jardins de infância funcionam sob a égide da administração pública (MEC, governos municipais e MSSS) e privada sem fins lucrativos (organizações filantrópicas) e com fins lucrativos (empresas e cooperativas). Podem funcionar autonomamente, estar associadas a estabelecimentos de Ensino Básico ou juntar-se a um agrupamento de escolas e são atendidos pelo pessoal envolvido é formado por educadores de Infância com formação universitária, que trabalham com grupos de crianças de 3 a 5 anos, e por ajudantes de Ação Educativa, com Ensino Secundário completo, que apoiam os educadores de Infância. O horário de atendimento nas pré-escolas, somando-se componente letivo e componente de apoio às famílias (animação socioeducativa), é integral, assim as instituições ficam disponíveis para acolher as crianças das 8 às 19 horas.

Quadro 3. Os dados relativos a Instituições promotoras da Educação Infantil em Portugal

Entidade promotora	Administração pública			Administração privada			
	Estado	Autarquia					
Tipo de atendimento	MEC	MSSS	Municípios	Filantrópicas (ex: IPSS)	Privadas com fins lucrativos	Empresas	Cooperativas/ Associações
Creche	X	X		X	X	X	X
Creche e pré-escola	X			X			
Amas	X			X			
Creche familiar	X			X			
Pré-escola	X	X	X	X	X	X	X
Animação infantil e comunitária	X			X			
Educação de Infância itinerante	X			X			
Animação socioeducativa	X			X	X	X	X

Fonte: MEC/DEB. A educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal. Relatório Preparatório. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2000

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Quadro 4. Os dados relativos a Instituições promotoras da Educação Infantil no Brasil

Entidade promotora	MEC	ESTADO	MUNICÍPIO	Administração privada
Creche	X	X	X	X
Pré – Escola	X	X	X	X
Creche	X	X	X	X

Fonte: Ministério da Educação 2014.

Ao poder público brasileiro cabe em especial, ordenar e organizar essa oferta, bem como garantir a qualidade da formação dessas crianças, em um equilíbrio entre saúde e educação. É necessário estabelecer propósitos de aliar família e escola, pois ambos agem sobre a criança em diferentes formas e espaços, porém com o mesmo fim – o desenvolvimento da criança a função do lúdico, do brincar, do construir símbolos e desenvolver a linguagem com o mundo que habita deverá constituir o motivo principal do fazer pedagógico.

2. O MUNICÍPIO DE PORTEL: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.

2.1. Aspectos Históricos

Samuel Raphael nos fala:

“A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir as seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de pressuposto tem de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vida individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais que estejam a disposição no local ou a estrutura não se manterá” (Samuel Raphael, 1990, p.220).

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

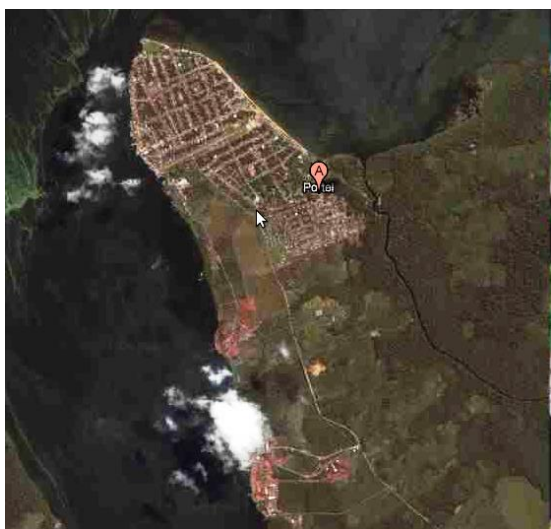
2.1.1. Informações Gerais



Fonte: wikipedia.org 2010



Fonte: Dados da pesquisa de campo



Fonte: <https://maps.google.com.br/>



Fonte: Dados da pesquisa de campo

O município de Portel, situado na região conhecida como furos do Marajó, está localizado a 278 km de Belém, via aérea, e 324 km por via fluvial, cerca de 4 horas de barco de Breves, 2 horas de Melgaço e a 16 horas da capital do estado do Pará. Portel é sede do município de mesmo nome. Está situado na mesorregião do Marajó e na microrregião de Portel.

Atualmente possui uma área de unidade territorial de aproximadamente 25.385 KM², e segundo o Censo do IBGE de 2010 possuía 52.173 habitantes. Portel faz limite ao Norte com o município de Melgaço; ao leste com os municípios de Bagre e Baião; ao Sul com Pacajá e Anapú e a Oeste com Senador José Porfírio e Porto de Moz.

Os rios que banham a grande bacia de Portel são: Anapú, Pacajá, Acultipereira e Camarapí, recebendo a titularidade de Perola do Pacajá. Atualmente possui os seguintes

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

bairros, seguindo uma ordem dos mais antigos aos recentes: Vila Velha, Centro, Bosque, Tijuca, Muruci, Pinho, Cidade Nova I II e III, Portelinha, Castanheira, Mangueirão, Conjunto e Estrada Portel-Tucuruí.

2.1.2. Histórico

A história de Portel começa há muitos anos atrás. Havia muitas tribos indígenas que habitavam esta região desde os tempos mais remotos. O que prova essa afirmação é a existência de muitos vestígios deixados por eles, como, machados de pedra, fósseis humanos, cerâmicas, marcas em pedras etc. Esse é um período muito grande a ser estudado. Esse período vai desde a criação do estado do Maranhão e Grão-Pará, passando pela instalação das missões jesuíticas, a expulsão dos jesuítas, criação das vilas pombalinas, a companhia do comércio, a aplicação do diretório dos índios, a adesão do Pará à Independência, a Cabanagem em Belém e no interior, o Ciclo da Borracha, da Madeira e as configurações atuais do nosso município. Todos esses eventos são de suma importância para a compreensão da nossa realidade enquanto moradores de Portel.

2.1.3. As Missões Religiosas

Ao lado das instituições políticas e militares, o governo português implantou as missões religiosas, com o objetivo de estabelecer relações pacíficas com os nativos, a fim de conquistar a confiança dos índios para dessa forma concretizar o projeto colonial para a Amazônia que era expulsar os invasores, explorar as riquezas da região e colonizar a terra. Para conseguir alcançar tais objetivos, foi preciso a ajuda dos índios. “As missões tinham o papel de catequizar os índios, convencê-los a deixar seus costumes “bárbaros” e adotar os modos “civilizados”. Nos aldeamentos, os índios aprendiam a trabalhar como carregadores, guias intérpretes, empregados. A taxa de analfabetismo também é preocupante no município.

3. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

3.1. Geográficos

Atualmente o município de Portel possui uma área de 25.384,9 Km² (IBGE, 2010), superando em extensão territorial estado de Sergipe, e países como El Salvador, Israel, Eslovênia, e Catar.

De acordo com o Censo 2010 o município apresentava uma população de 52.172 habitantes. Destes, 24.852 residiam na sede municipal, o que equivale a 47% da população total. Portanto o município ainda apresentou no último Censo a maioria de sua população residindo no campo, ou seja, não era ainda um município urbanizado. É importante ressaltar que após a realização do último Censo a ocupação denominada Portelinha, na área antes ocupada pela empresa Amazônia Compensados e Laminado – AMACOL, cresceu bastante em termos populacionais, com uma população majoritariamente oriunda do campo. O que nos permite avaliar que atualmente a maioria da população municipal já é urbana.

O perfil do território municipal é marcado pela presença de rios que cortam o território municipal e são utilizados como vias de mobilidade que ligam a sede municipal às localidades do interior.

A Cidade localiza-se na foz dos três principais rios que cortam o território municipal: Anapú, Pacajá e Camarapí.

O Pacajá e seus afluentes concentram a maior parte da população rural de Portel. Ele corta o município ao centro descendo no sentido Norte-Sul, após drenar também terras pertencentes aos municípios de Pacajá e Novo Repartimento. O Rio Anapú corre paralelo ao Pacajá no mesmo sentido Norte- Sul e além de atravessar o município de Portel banha ainda terras dos municípios de Anapú e Senador José Porfírio. O Rio Camarapí, possui uma área de drenagem menor que os outros dois e serve de acesso à região leste do território municipal.

Sendo os rios as principais vias de transporte do município, é à margem deles que habita a população rural, sendo também às suas margens que estão situadas as escolas da rede municipal de ensino do campo.

Desde 2014 já é possível chegar por estrada aos outros municípios e à capital do estado, porém o acesso ainda é bastante difícil, por isso não se verifica um fluxo regular ligando Portel a outros lugares por via rodoviária. O fluxo de pessoas e mercadorias intra e intermunicipal se dá pela modalidade hidrovia.

No entorno da Cidade existem duas pistas de pouso que atendem as necessidades, sobretudo emergenciais, de transporte aeroviário. Contudo pela precariedade das pistas não há linhas aéreas regulares que conectem Portel a outros lugares.

No tocante às infovias, o município não dispõe ainda de uma infra-estrutura de telecomunicações que atenda as demandas atuais. O município chegou a ser cadastrado como um dos beneficiários do Programa Navega Pará do Governo do Estado, mas não houve

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

nenhum avanço concreto por parte do poder público no sentido de garantir o acesso à Internet com conexão de qualidade.

Portel é um dos quatro municípios que pertencem à microrregião Portel que integra a mesorregião do Marajó. O território do Marajó é conhecido, inclusive nacionalmente, por apresentar baixos indicadores de desenvolvimento social e humano.

A economia do município de Portel está baseada atualmente no setor terciário. As atividades de serviços, sobretudo serviço público, e comércio são as principais geradoras de ocupação e as principais responsáveis pelo PIB (produto interno bruto) local. Até a década de 90 a indústria madeireira era a principal geradora de empregos na sede do município e a extração de produtos florestais madeireiros era a atividade principal no campo. Nos anos recentes a industrialização madeireira praticamente desapareceu do município e a extração da madeira subsiste, mas em menor escala. Devido ao maior controle do desmatamento por parte dos órgãos ambientais federais e estaduais a extração da madeira se tornou rarefeita.

A agricultura é praticada ainda em uma escala pequena. Além da agricultura de subsistência, a farinha de mandioca e o açaí destacam-se na produção local e são vendidos no mercado local e regional.

Na pecuária destaca-se a produção bovina em fazendas localizadas no alto e médio rio Pacajá.

No principal setor gerador de empregos, o de serviços, o serviço público municipal se destaca como empregador com mais de três mil servidores.

De acordo com dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio – PNAD (2013) o setor de serviços corresponde a 64,3% do Produto Interno Bruto do município. A agropecuária representa 21,50% do total e a indústria 10,6%.

A falência do setor madeireiro, tanto na atividade de extração quanto na de industrialização da madeira e a ausência de alternativas econômicas que a substituam, gerou elevados índices de desemprego e piorou a situação de pobreza no município, sobretudo na cidade.

O índice de emprego do município, que corresponde à proporção de trabalhadores com carteira de trabalho e funcionários públicos estatutários na População Economicamente Ativa é de 0,177, muito abaixo do índice nacional que é 0,56 numa escala que vai de 0 a 1. (IBGE 2010)

O índice de exclusão social medido pelo IBGE ficou em 0,286. O índice nacional é 0,63 em uma escala que vai 0 a 1.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

O índice de pobreza de Portel em 2010 ficou em 0,154; o nacional 0,67 numa escala que varia de 0 a 1.

Esses e outros indicadores fazem com que Portel seja classificado como um município de baixo IDH, com o índice 0,483 (PNUD 2010) o 13 ° mais baixo IDH entre os municípios brasileiros.

Dos três indicadores que compõem IDH: Longevidade, Renda e Educação, o pior desempenho do município é no indicador educação, onde o município apresenta o índice 0,286, o que coloca a educação como um grande desafio e um elemento de peso na definição das estratégias de desenvolvimento municipal e combate à pobreza e à exclusão.

A dimensão territorial do município que supera muitos países, como mostramos acima, e a baixa densidade demográfica do campo onde vive quase metade da população tornam esse desafio ainda maior dada as longas distâncias e a dificuldade de acesso.

Soma-se a isso a estrutura etária da nossa população municipal. De acordo com o IBGE (censo 2010) 44,8 % da população tem de 14 anos para baixo, ou seja, está em idade escolar. E se incluirmos a população de até 19 anos, considerando o atraso escolar (desvio idade/série) que é elevado no município esse percentual sobe para 55,8% do total da população.

Da população de 10 a 15 anos, 44% são analfabetas e 44,1%, de 15 anos ou mais, sendo que a Taxa de Escolarização Líquida no Município de Portel no Ensino Fundamental (7 a 14 anos) é de 62.7% e os que terminam o Ensino Médio (15 a 17 anos) é de apenas 3.2%.

Segundo dados oficiais, a maioria da população encontra-se na Zona Rural, a tabela 1 abaixo destaca a distribuição nas faixas etária.

Quadro 5. Número de alunos por idade

IDADES	2014
0 a 3 anos	462
4 a 5 anos	1931
6 a 14 anos	7.631
15 a 17 anos	1.886
Total	11.910

Fonte: IBGE 2010.

Com diferentes transformações ocorridas nas últimas décadas, várias mudanças incidiram sobre a educação brasileira, que se deram em busca da afirmação de uma escolaridade básica mais prolongada e de propostas de avanço em direção à construção de uma concepção voltada para o desenvolvimento pleno da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, contemplada na Constituição de 1988, que em seu art. 205 garante a

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A Constituição define também os princípios norteadores da educação brasileira, como o acesso e a permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, assim como acena para a valorização dos profissionais do magistério e enfatiza a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Fundamental, inclusive àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos em idade própria.

A leitura dos indicadores educacionais em nível geral do município é um importante dado para se definir o nível de desenvolvimento de um lugar. Com o avanço da globalização e da revolução tecnológica, o conhecimento e a informação se transformam em meio de produção e ganham uma importância cada vez maior no processo produtivo e nas práticas sociais. Não há como superar o quadro de atraso e pobreza identificado no aspecto econômico sem melhorar a educação da população.

Nos últimos anos, avanços importantes no tocante a educação têm sido registrados no município de Portel, principalmente no que diz respeito ao acesso. Como vem ocorrendo em todo o país, o acesso à escola vem se ampliando consideravelmente, pelo menos em termos quantitativos e em termos qualitativos precisamos apurar melhor os dados. Em uma década, o número de matriculados na Educação Infantil praticamente dobrou, houve avanços importantes também na formação inicial dos professores. Apesar da ampliação no acesso ainda há muitas crianças, adolescentes e jovens fora da escola. Segundo dados do censo escolar 2009, o município de Portel possui 20.793 matriculados na Educação Básica. Mas, segundo o IBGE 2007, o município possui uma população de 25.122 habitantes abaixo dos 19 anos, o que nos leva a crer que há um déficit de aproximadamente 5.000 vagas na Educação Básica. Outro dado interessante para esta leitura é que em 2009 foram matriculados na EJA 2.469 alunos, destes, 60% têm mais de 19 anos, o que faz com que o déficit aumente.

Assim sendo, vale citar que tal perspectiva exigiu decisões mais enérgicas e responsáveis de todos os entes federados e suas respectivas instituições e ofertar o ensino obrigatório.

“[...] O lugar ocupado pela criança nas relações sociais de que participa é força motivadora de seu desenvolvimento [...]. O ensino da criança de zero a seis anos não se desenvolve sob a forma de lição escolar, mas sob a forma de jogo, de observação direta, de diferentes tipos de atividade plástica” (Mello, 2004, p. 153-154).

Somado a isso, é preciso dizer que a Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Portel, está se desenvolvendo em Escolas de Educação Infantil (EMEI) que atendem

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

crianças a partir de dois anos, em turmas de maternal I, até Pré-Escola II nas escolas da cidade e atendidas também do maternal II até Pré-Escola II no Campo que estão organizadas de acordo com a Portaria 08 de 31 de julho de 2014.

“Art. 1º - O Sistema de Gestão da Educação Ribeirinha Portelense – SIGERP entendido como um conjunto de Escolas localizadas no meio rural, que funcionam sob a responsabilidade administrativa de uma mesma mantenedora (SEMED), gerenciado pedagógica e administrativamente por uma Equipe Técnica que compõe a escola denominada ESCOLA REFERÊNCIA de onde emanam as diretrizes curriculares e normativas gerais para as escolas anexas que compõem o referido sistema.

§ 1º Considera-se ESCOLA REFERÊNCIA a instituição pública de ensino que oferece uma estrutura física dentro dos padrões mínimos exigidos pela legislação vigente, sendo delegada a esta a incumbência de gestar pedagógica e administrativamente todas as escolas ribeirinhas que estiverem anexas a ela, considerando o princípio da gestão democrática, assegurado a todos os colegiados que compõem a comunidade escolar.”

A organização das Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino deverá seguir as orientações abaixo, conforme a Resolução de nº 001 de 18 de abril de 2013, do Conselho Municipal de Educação de Portel, que estabelece em seu artigo 22, Inciso 1º, que “a organização do Ensino Infantil adota a seguinte nomenclatura”.

Atualmente o Município estar distribuído dessa forma: Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 03 (três) anos de idade e Pré-escolas, para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, onde estão organizados em I – berçário 01: de 0 (zero) a 01 (um) ano incompleto – até 04 (quatro) educandos por professor; II – berçário 02: de 01 (um) a 02 (dois) anos incompletos – até 06 (seis) educandos por professor; III – maternal 01: de 02 (dois) a 03 (três) anos incompletos – até 08 (oito) educandos por professor; IV – maternal 02: de 03 (três) a 04 (quatro) anos incompleto – até 15 (quinze) educandos por professor; V – pré-escola 01: de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos incompletos – até 20 (vinte) educandos por professor; VI – pré-escola 02: de 05 (cinco) a 06 (seis) anos incompletos – até 20 (vinte) educandos por educador.

A importância da Educação Infantil é comprovada pelo interesse que vem ganhando ao longo da história, e sua eficácia é garantida pela combinação dos seguintes fatores: consideração às características da criança, ambiente adequado a cada fase do seu desenvolvimento, profissionais preparados, socialização com indivíduos semelhantes e estímulo à criança.

As Propostas Pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;

II - Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

São muitas as exigências presentes que vêm definindo a educação infantil onde a função da mesma é de educar e cuidar. Educação e cuidados são entendidos como aspectos indissociáveis da educação da criança de 0 a 5 anos de idade.

“A educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativos, médico, jurídico e educacional – incluídas aqui família e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil” (Bujes, 2002, p. 42).

Por fim, a educação infantil, primeira etapa do ensino reconhecida como essencial na vida escolar de qualquer criança que precisa de assistência, cuidado e consequentemente de educação dirigida, lhe possibilitando um amplo desenvolvimento de suas faculdades mentais e físicas, aliada a educação familiar e escolar, permitindo-lhe diversas transformações que ocorrerá ao longo de sua vida, de forma equilibrada e sadia.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

PARTE II.

ESTUDO IMPÍRICO

4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Kauark, Fabiana enfatiza que:

“Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Nestes casos utilizam-se ferramentas ideais, apropriadas, que darão melhores resultados em relação ao objetivo estimado. Nisso reside a importância de definir o tipo de pesquisa, escolhendo, em decorrência, os instrumentos ideais ao desempenho ótimo” (Kauark, Fabiana 2010, p. 25).

4.1. Caracterização do Trabalho

Segundo Gil, pesquisa é definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discursão dos resultados”. (Gil, 1994)

O trabalho buscou apresentar riqueza, clareza e profundidade, sendo o mesmo quantitativo e qualitativo tendo em seus sentidos “reais” e interpretações relevantes. Ao que foi transmitido pelos sujeitos pesquisados, abstendo-os de expormos sua visão pessoal sobre o tema investigado.

Existem diferentes abordagens em que consideramos no âmbito deste tipo de investigação, mas a maioria tem o mesmo objetivo: compreender a realidade social das pessoas, dos grupos e das culturas. Os investigadores usam as abordagens quantitativas e qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas, os desafios, as dificuldades e as experiências das pessoas por eles estudadas. A base da investigação quantitativa e qualitativa reside na abordagem interpretativa da realidade social.

No campo educacional, a pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Já a qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm suas especificidades, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (Goldenberg, 1997, p. 34).

Podemos assim dizer que a pesquisa coloca frente a frente os desejos do pesquisador com os autores envolvidos. No entanto, o que se sabe é que Ciência e pesquisa não necessitam de locais específicos para sua implementação e que tanto os métodos quantitativos quanto os qualitativos depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos observação, registro e análise.

Alguns autores falam sobre o método quantitativo e qualitativo. Este trabalho apoia-se em Gil, Vianna e Goldenberg.

Dando continuidade ao cumprimento dos nossos objetivos neste trabalho, o fenômeno será explicado e interpretado com levantamentos bibliográficos e com pesquisa de campo (questionários). Sendo assim, dispusemo-nos a elaborar um questionário que nos forneceu dados sobre uma população numerosa através de um conjunto normalizado de perguntas em que pretendemos recolher informações acerca da Educação Infantil: O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel e a práxis dos professores que atendem essa modalidade.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

O campo de investigação selecionado foram as escolas que atendem Educação Infantil por ser um ambiente propício e privilegiado ao estudo das ações. A delimitação do espaço da pesquisa se restringiu as pré-escolas da rede municipal de ensino da cidade de Portel-Pa, por ser esta responsável ao atendimento. A SEMED utiliza a divisão do espaço geográfico da cidade em zona urbana e rural. Do campo fazem parte as escolas das zonas de difícil acesso, distantes das várias zonas, contando para o atendimento a demanda infantil.

A pesquisa que compõem a cidade (uma- CMEI Terezinha de Jesus) que atende 240 alunos e (outra- CMEI Casulo da Mônica) que atende 160 alunos no Campo duas turmas anexas as escolas Referencias uma anexa a Centro Educacional Rooli que atende 15 alunos e outra escola Boa Esperança que atende 20 alunos.

Os critérios utilizados para a seleção das pré-escolas foram os seguintes:

As escolas da cidade e das turmas, objetivando-se levantar dados do atendimento, da organização e das práxis dos professores das mesmas;

Os motivos que levou para a escolha dessas escolas e turmas justificam-se ao levar em consideração os seguintes critérios: a facilidade do acesso aos locais da pesquisa; a representatividade das inquiridas pertinentes nas instituições pesquisadas e sobre a observação na forma de atendimento. No interior de cada escola, observamos a realidade existente no aspecto econômico, social e cultural que está presente e que confere a cada escola uma identidade absolutamente peculiar.

Desse modo, cada escola fortalece o seu papel educacional junto à sociedade a qual atende direcionando suas ações para o desenvolvimento integral e pleno da criança, contribuindo com práticas educativas que promovam a ampliação de suas experiências e conhecimentos estimulando as conquista e permitem as crianças desenvolverem postura críticas, participativas e dialógicas, necessárias ao exercício pleno da cidadania.

6. COLETA DE DADOS

6.1. Aplicação do questionário

Dando continuidade à investigação, fomos autorizados a fazer a nossa pesquisa nas escolas de Educação Infantil, fazendo uma apresentação que consta do apêndice (I) aos Gestores, em que solicitamos a autorização para a aplicação de um questionário para os Professores que atuam na Educação Infantil e com muita gentileza fomos atendidos.

Na primeira fase de investigação entregue o total de 30 (trinta) questionários, que estavam distribuídos em 03 escolas que só atendem educação infantil. Todos receberam as orientações e o resultado se mostrou dentro das nossas expectativas, não precisando assim, qualquer reformulação. O total de 30 questionários todos foram completamente preenchidos.

No que diz a respeito ao gênero dos investigados, a **figura 1** mostra que dos 30 investigados para esta pesquisa 30 são do sexo feminino o que perfaz uma percentagem de 100% nenhum do sexo masculino, portanto, os 30 professores feminino é significativamente o total. Os dados possibilitam pensar que as escolas ainda apresentam um perfil essencialmente feminino, principalmente para os que trabalham com a da Educação Infantil.

6.2. A população investigada

A opção em se tomar o professor, como sujeitos da pesquisa apoia-se no fato de que, mesmo tendo o debate sobre o atendimento e a organização que vem ganhando visibilidade nesse atendimento os mais diversos segmentos, não só nos meios especializados e no âmbito

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

dos sistemas de ensino, o fato é que os principais executores da grandiosa obra de educar a criança são os professores, principalmente os da Educação Infantil, e que são ainda pouco ouvidos. Afim de alcançar os sujeitos da pesquisa, foi feito um levantamento ao CENSO ESCOLAR onde foi obtido dados sobre esse atendimento no município.

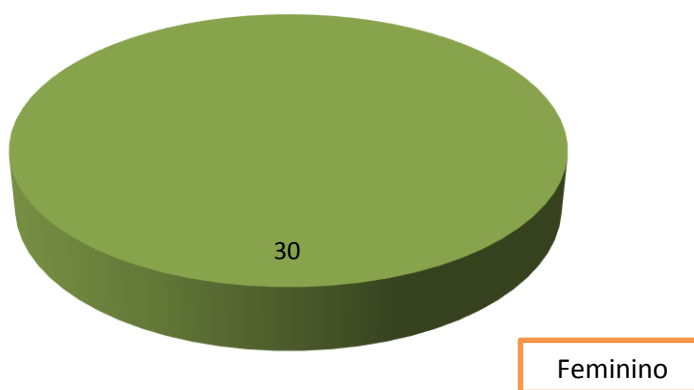
Nesse sentido, segundo Marques, o universo da pesquisa significa o seguinte:

“[...] o universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características, definidas para um estudo”. O conjunto desses elementos figurativos do universo concebe a amostra, tornando-se um subconjunto representante da união das partes do todo da população. Assim, “[...] a fim de resguardar a cientificidade do estudo e condições para a comprovação das hipóteses é necessário ter uma amostra representativa do universo” (Marques, 2006, p.56).

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Sendo assim, de acordo com a pesquisa o gênero dos inquiridos estão da seguinte forma:

Gráfico 1. Gênero dos Inquiridos



No que diz a respeito ao gênero dos inquiridos, o **Gráfico 1** mostra que dos 30 inquiridos para esta pesquisa os 30 são do sexo feminino o que perfaz uma percentagem de 100% dessa categoria.

O número de professores é do gênero feminino mostrando que é significativamente o total feminino. Os dados possibilitam pensar que a Educação Infantil ainda apresenta um perfil essencialmente feminino, principalmente nas escolas do município.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Com relação às idades dos inquiridos, conforme o **quadro 6** se pode constatar que 40% dos inquiridos têm idade inferior a 34 anos, em contrapartida, os números mais baixos estão na faixa etária dos 45 aos 49 anos. Ainda se destaca que não há professores com idade superior a 55 anos. Os mais novos, com menos de 25 anos, representam a minoria com 3% dos professores participantes desta pesquisa.

Quadro 6. Idade dos Inquiridos

Idade dos Inquiridos	Número de Professores	Porcentagem
Idade menos de 25 anos	1	3 %
Idade entre 25 e 29 anos	5	17%
Idade entre 30 e 34 anos	12	40 %
Idade entre 35 e 39 anos	7	23%
Idade entre 40 e 44 anos	3	10%
Idade entre 45 e 49 anos	2	7%

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Quanto ao número de inquiridos por tempo de docência, conforme o **quadro 7** temos, 3 professores atuando entre 1 e 5 anos, 5 professores atuando entre 5 e 10 anos, 10 professores atuando 10 e 15 anos e 12 professores com mais de 15 anos na docência. Verificamos que o menor número de inquiridos encontra-se no entre 1 e 5 atuando na Educação Infantil e o maior número encontra-se atuando a mais de 15 anos.

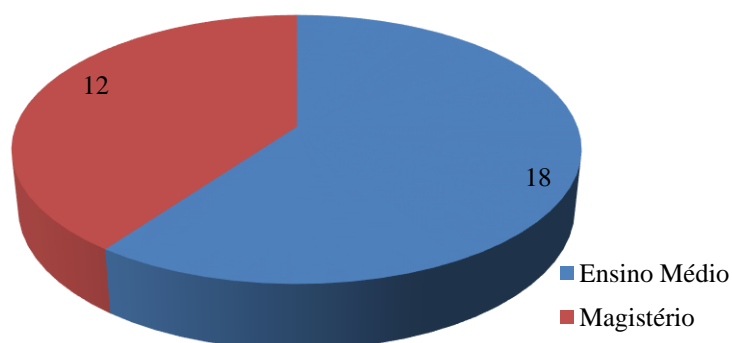
Quadro 7. Tempo de Docência

Tempo de docência	Número de professores
Entre 1 e 5 anos	3
Entre 5 e 10 anos	5
Entre 10 e 15 anos	10
Mais de 15 anos	12

Fonte: Dados da pesquisa de campo

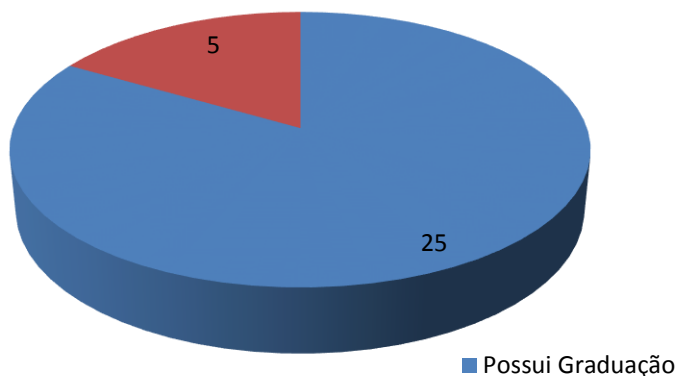
No que se refere a formação dos professores, o **gráfico 2** mostra que o número de professores com ensino médio é maior do que os que tem o ensino do magistério sendo os que tem somente o ensino médio é de 18 e os que tem o ensino do magistério é de 12.

Gráfico 2. Formação dos professores



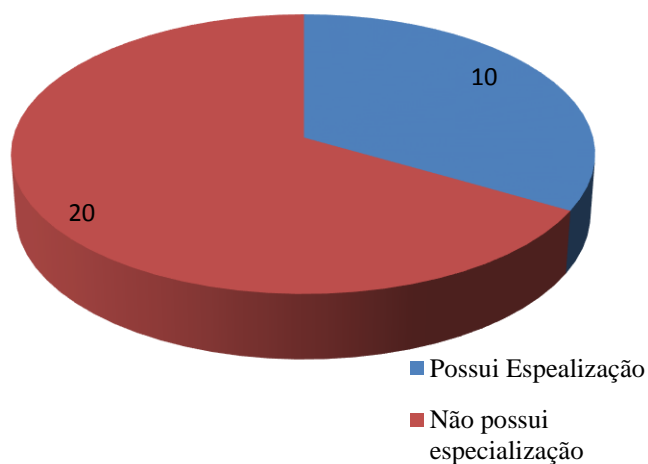
Quanto ao número de inquiridos que possui formação em Pedagogia no **gráfico 3** temos, 25 professores com formação em pedagogia e 5 professores sem a formação em pedagogia. Verificamos que o maior número de inquiridos encontra-se no com formação e o menor número sem formação. Ainda destacamos que dos 30 inquiridos desta pesquisa 80% estão com formação em pedagogia e 20% estão sem formação, tendo apenas o magistério.

Gráfico 3. Professores que possui Graduação



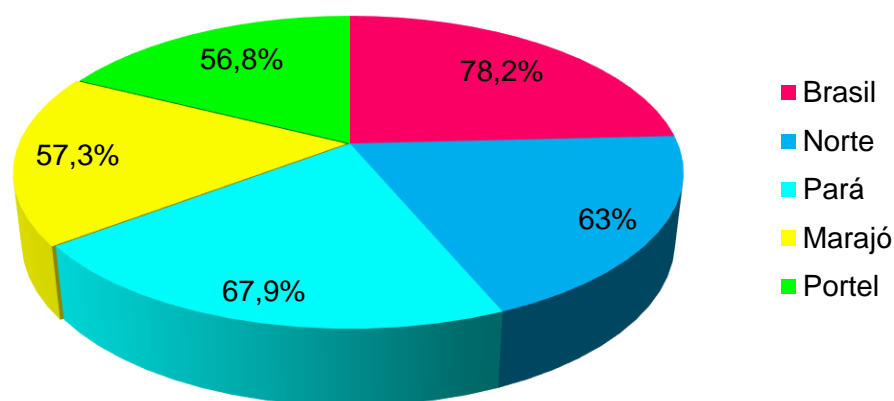
Quanto ao número de inquiridos que possui especialização, conforme o **Gráfico 4** temos, 10 professores que possui especialização e 20 professores que não possui especialização. Verificamos que o menor número de inquiridos encontra-se com especialização e o maior número encontra-se sem especialização. Ainda destacamos que dos 30 inquiridos desta pesquisa 20% estão com especialização e 80% não com especialização.

Gráfico 4. Professores que possui Especialização



Aqui, apresentamos e analisamos os resultados auferidos por meio da pesquisa realizada nas instituições e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacaremos as informações relevantes face aos objetivos definidos, de modo a evidenciar a relação com os objetivos da pesquisa, também serão contempladas algumas interpretações dos resultados da pesquisa.

Gráfico 5. Percentual da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola

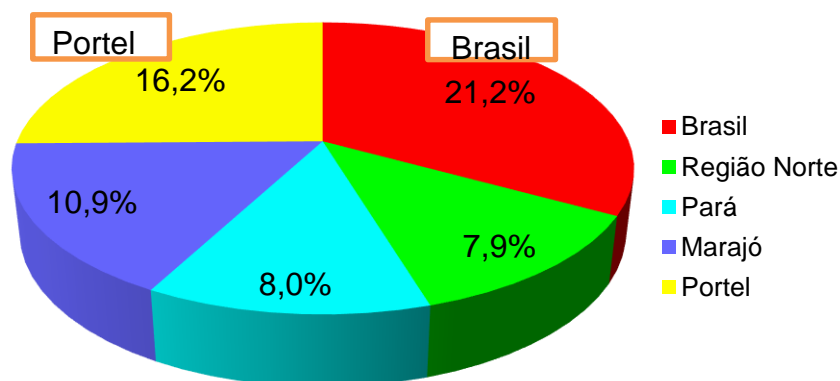


Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD) 2012 Município e Mesorregião IBG/ Censo Populacional – 2010.

Os dados constantes no **gráfico 5** mostra que em todo Brasil de 100% da população brasileira, 78,2% da população de 4 e 5 anos estão na escola, esse percentual revela que 21,8% dessas crianças não estão matriculadas, a região norte nos mostra que 63% estão frequentando a escola e 37% não estão frequentando escolas, analisando os números do Pará observa-se que 67,9% estão frequentando a escola, enquanto que 32,1% não estão na escola, chegando na região do Marajó observa-se que 57,3% estão frequentando a escola 42,7% não estão na escola, já no município de Portel observa-se que 56,8% estão frequentando a escola e que 43,2% dessas crianças não estão frequentando a escola. Esses dados revela a necessidade de mais oferta nessa modalidade de ensino.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Gráfico 6. População de 0 a 3 anos que frequenta a escola



Fontes: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD) 2012 e Município e Mesorregião IBG/ Censo Populacional – 2010.

Segundo dados do **Gráfico 6** em todo Brasil a meta de atendimento é de 50% para as crianças de 0 a 3 anos, analisando que desse percentual 21,2% frequentam a escola, e 28,8% não estão na escola, a região norte demonstra que 7,9% tem acesso a escola e 42,1% não tem esse acesso, os dados do Pará revelam que 8,0% dessa população estão na escola e 42% dessa população não estão, diante dos dados do Marajó 10,9% estão frequentando escolas e 39,1% estão fora da escola, diante dos dados de Portel 16,2% estão com acesso a escola e 33,8% estão sem acesso.

Mas do que nunca se faz necessário ampliar a oferta para as crianças de 0 a 3 anos. Nesse contexto, a LDB nos fala:

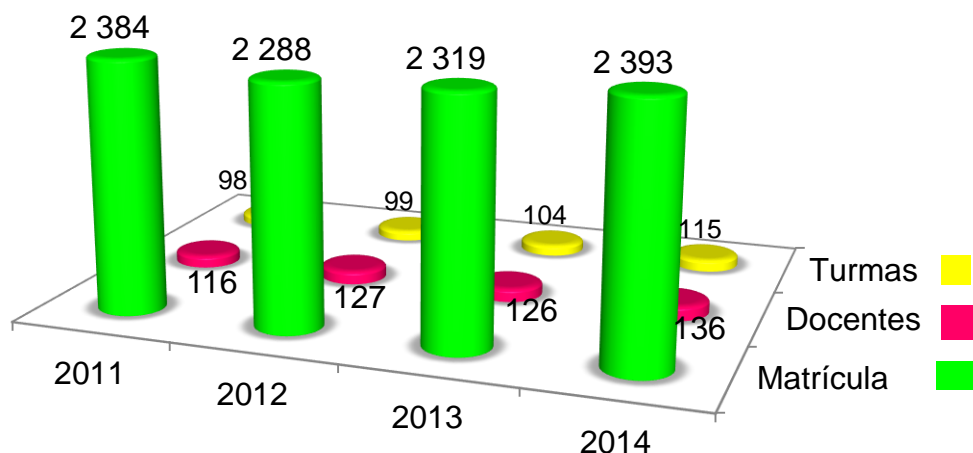
“Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos estados;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Gráfico 7. Matrículas, docentes e turmas da Educação Infantil do campo e da cidade nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: Educacenso/Secretaria Municipal de Educação de Portel 2014.

O **gráfico 7** nos mostra o número de matrículas, docentes e turmas da Educação Infantil do campo e da cidade nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 no município de Portel. Onde o mesmo revela um aumento de um ano para o outro. Valendo-se dos dois últimos anos de matrícula houve um aumento de 74 alunos sendo um percentual 3,19%, de acordo com o aumento da matrícula houve também um aumento nos docentes que foi de 10 sendo esse percentual 1,07% e nas turmas um aumento de 11 turmas sendo esse percentual 1,10%. Em razão disto, estima-se uma projeção de 740 alunos até o final de vigência do plano. Sendo que a ampliação de escolas de Educação Infantil será fundamental para que os mesmos possa serem atendidos principalmente no campo.

Quadro 8. Crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola – Taxa de atendimento no município

Ano	Crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola	Percentual
2010	1.795	56,8%
2011	1.713	4,7%
2012	1.733	1,16%
2013	1.955	12,8%
2014	1.931	1,24%

Fonte: Educacenso 2014

Quadro 9. Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola – Taxa de atendimento no município.

Ano	Crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola	Percentual
2010	1.020	16,2%
2011	656	55,48%
2012	555	18,19%
2013	364	52,47%
2014	462	26,9%

Fonte: Educacenso 2014

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Os **quadros 8 e 9** apresentam sinteticamente a matrícula nos últimos quatro anos. Considerando os dois últimos anos o município de Portel tinha em 2013 1955 alunos na faixa etária entre 4 e 5 anos, e em 2014 apresentou uma matrícula de 1.931 um decréscimo de 24 alunos que corresponde 1,24% a menos referente a matrícula do ano anterior. Valendo-se dos dados do quadro 9 no ano de 2013 o município tinha matriculados 364 alunos e no ano de 2014 462 alunos um aumento de 98 alunos um percentual de 26,9%. A partir dos dados apresentados de que a matrícula de quatro e cinco é obrigatória a mesma nos remete analisar que a precariedade de acesso as escolas do campo e a falta de um responsável para conduzir essas crianças a escola demonstra uma queda na matrícula. Já na faixa etária de 0 a 3 anos houve um aumento considerável, sendo que esse aumento ocorreu também pelo fato do município ter uma unidade de ensino na cidade em funcionamento do Proinfância onde atende crianças de 2 a 5 anos.

Quadro 10. Docentes da Educação Infantil por formação

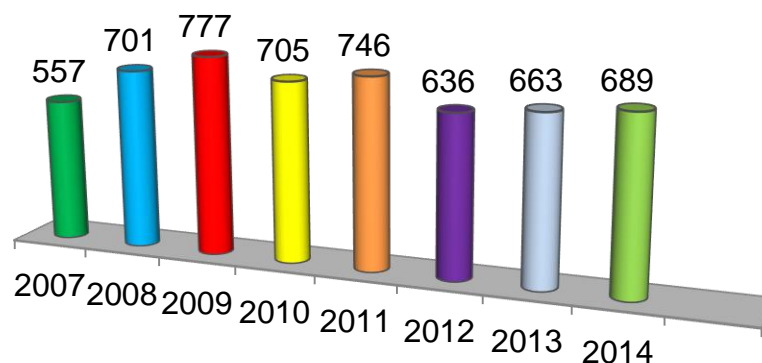
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio – Normal Magistério		Ensino médio		Ensino superior	
2007	5,6%	5	77,8%	70	5,6%	5	11,1%	10
2008	5,9%	6	71,6%	73	9,8%	10	12,7%	13
2009	5,4%	6	75%	84	12,5%	14	7,1%	8
2010	4%	4	72,3	73	20,8%	21	3%	3
2011	4,2%	5	58%	69	29,4%	35	8,4%	10
2012	3,6%	4	50,5%	56	29,7%	33	16,2%	18
2013	0,9%	1	48,3%	56	25%	29	25,9%	30
2014	0.1%	1	40%	49	5%	6	54%	65

Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar/ SEMED,2014.

Conforme demonstrado no **quadro 10** observa-se os docentes por formação na educação infantil nos anos de 2007 a 2014. Fazendo uma análise nos anos de 2013 e 2014, observa-se que no Ensino Fundamental permanece o percentual de apenas 0,1% considerando que não houve aumento de professores somente com o Ensino Fundamental. No Ensino Médio – Normal Magistério houve um aumento 40% que já estão com formação, sendo que diminuiu o número de professores sem Magistério ou Ensino Normal, observa-se os números do Ensino Médio que houve uma diminuição também de professores que só tinham o Médio que foi 5% e um aumento no Ensino Superior que foi de 54% mostrando dessa forma um aumento de docentes que estão se qualificando.

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

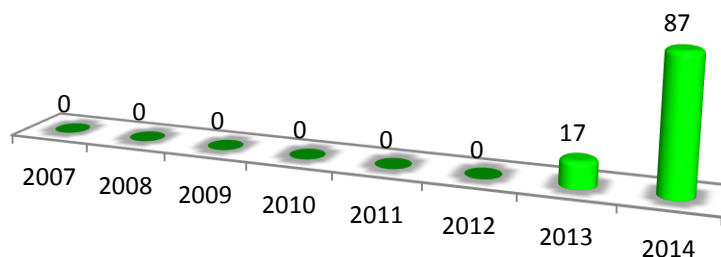
Gráfico 8. Matrículas geral da Educação Infantil no Campo e Cidade



Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar Educacenso, 2014.

Segundo dados do gráfico 8 nos mostra que em toda rede a matrícula de Educação Infantil no campo nos anos de 2007 à 2014 teve um aumento, fazendo uma análise dos anos de 2013 e 2014 subiu 26 alunos matriculados equivalente 3,9%. Analisando esse resultado o município terá 260 alunos matriculados até o final de vigência deste plano. Reafirmando dessa forma que é necessária a ampliação e construção de novos espaços para atender esses alunos no Campo. A LDB em seu Art. 28 diz que. “Oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região”.

Gráfico 9. Matrículas da Educação Infantil em comunidades Quilombolas



Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar Educacenso, 2014.

A partir dos dados apresentados no **gráfico 9** nos elucida que o Município de Portel até o ano de 2012 não tinha turmas de Educação Infantil em comunidades quilombolas. Essas turmas passaram a serem informadas a partir do ano de 2013 depois que os mesmos se alto

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

reconheceram como remanescentes quilombolas e puderam ser informados no Censo. Portanto no ano de 2013 o município atendia 17 alunos, já no ano 2014 houve um aumento de 70 crianças matriculadas na educação infantil demonstrando um percentual de 4,1% de aumento nessas comunidades.

No que tange a Resolução Nº 8 de 2012, diz que:

“ART. 15 A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante respeito as formas específicas de viver à infância, a identidade étnico-racial e as vivências sócio cultural.

§ 1º Na Educação Infantil, a frequência das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos é uma opção de cada família das comunidades quilombolas e obrigação, que tem prerrogativa de, ao avaliar suas referências culturais e de suas necessidades, decidir pela matrícula ou não de suas crianças em:

I – Creches e Instituições de Educação Infantil,

§ 2º Na oferta da Educação Infantil na Educação Escolar Quilombola deverá ser garantido a criança o direito a permanecer com seu familiar e comunitário de referência evitando-se o seu deslocamento.”

Quadro 11. Matriculas de crianças com necessidades especiais

Ano	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiência visual	Deficiência Múltipla	Deficiência auditiva
2007	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0
2009	0	2	3	0	0
2010	3	2	1	0	0
2011	2	0	0	0	0
2012	5	2	3	2	2
2013	2	0	1	0	0
2014	1	0	1	0	0

Fonte: MEC/Inep/Deed/ Educacenso/CAEPNES 2014 m m

Observa-se no **quadro 11** acima que o atendimento especializado já vem ocorrendo no município de Portel desde do ano de 2009, esses atendimentos ocorrem no CAPENES², esses dados não aparecem no censo pelo fato das escolas não terem informado no censo, sabendo que a LDB diz:

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”

² CAEPNEES; Centro de Atendimento Especializado às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

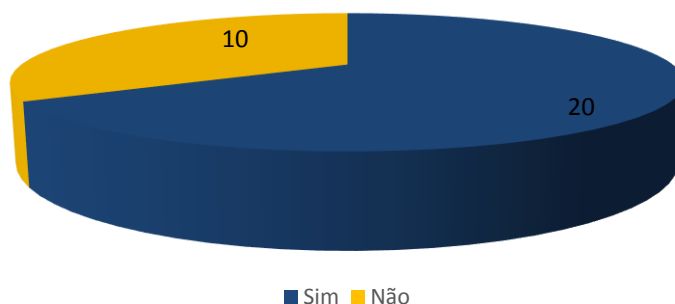
Analisando o exposto acima, percebe-se o atendimento e a organização das escolas pesquisadas que perpassa no âmbito da educação infantil. Também há de se considerar que se influencia de certo modo na prática profissional, embora percebamos que as demais tendências: críticas e pós-críticas estejam também presentes nos conhecimentos das mesmas.

8. O FAZER PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PORTEL

“[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educadores em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (Freire, 1996, p. 41)

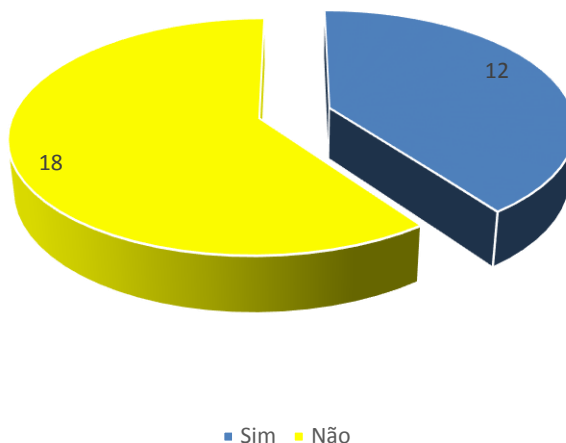
Nessa perspectiva, referindo-se ao professor, a prática pedagógica está focada em possibilitar ao aluno, por meios de atividades de estimulação, que incentive a criança a aprender por suas construções.

Gráfico 10. A escola em que você trabalha é adequada para o atendimento à Educação Infantil no município



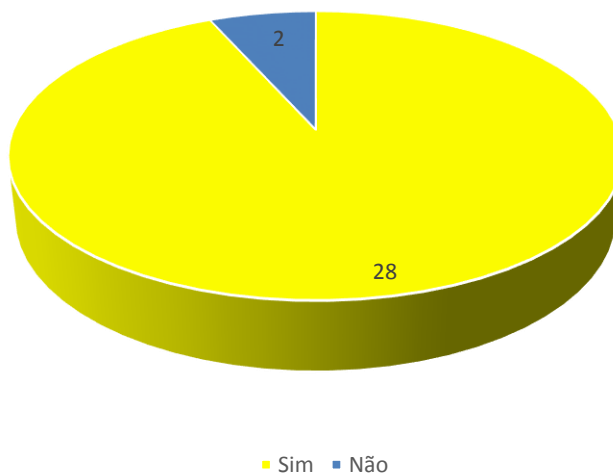
Nota-se que neste item de resposta em relação **escola em que você trabalha é adequada para o atendimento à Educação Infantil no município**, e de acordo com os dados coletados que 20 entrevistados dizem que tem espaço adequado e 10 relatam que o espaço em que se trabalha não é adequado percebendo-se que ainda é grande o número de salas de aula que não adequadas para esse atendimento.

Gráfico 11. Você encontrou ou encontra dificuldades para trabalhar na Educação Infantil



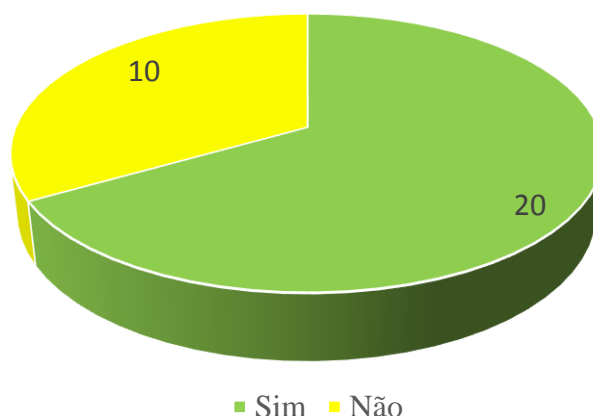
Verifica-se de acordo com o **gráfico 11**, que em relação as dificuldades que os professores encontram para trabalhar na Educação infantil 18 não encontra dificuldade e 12 encontram alguma dificuldade para se trabalhar essa modalidade de ensino. Dando um percentual de 60% para os que não encontra dificuldades e 40% para os que encontra.

Gráfico 12. A proposta para se trabalhar a educação infantil no município é concernente a realidade local



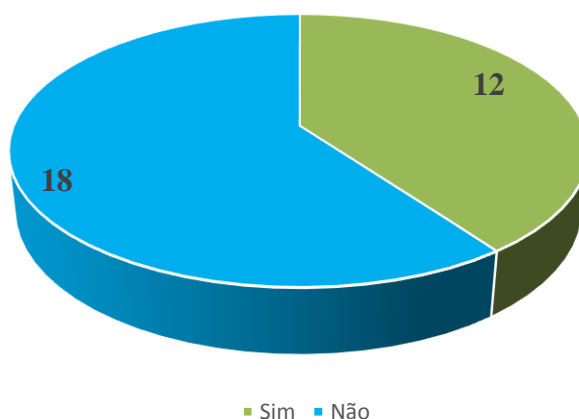
Nota-se no **gráfico 12** que dos professores entrevistados 28 dizem que é concernente a proposta pedagógica, mas 2 ainda acredita que não está de acordo com a realidade principalmente para o campo.

Gráfico 13. A escola possui ambientes que contribuem para trabalhar as atividades desenvolvidas com as crianças



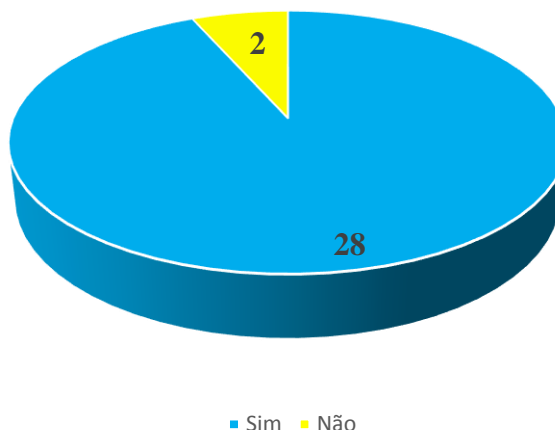
O **gráfico 13** nos mostra que 20 dos inquiridos dizem que o espaço que trabalham é adequado para realizar atividades com esse público, e 10 dos inquiridos dizem que não é adequado esse espaço para realizar atividades.

Gráfico 14. Existem materiais adequados disponíveis para realizações das atividades



Nota-se que neste item a resposta em relação aos materiais adequados disponíveis para realização de atividades, nos mostra que 12 inquiridos dizem que os materiais são adequados e 18 dizem que os materiais não são adequados para realizarem atividades. Dessa forma vale ressaltar que o professor como provedor do desenvolvimento infantil, tem por função utilizar métodos pedagógicos que conduzam as crianças a tirar o máximo proveito tanto dos meios que lhes são oferecidos quanto dos recursos que a escola oferece.

Gráfico 15. A distribuição dos alunos nas turmas segue as recomendações das leis vigentes



Observa-se no **gráfico 15** que em relação a distribuição dos alunos por turma nos 2 inquiridos dizem que a distribuição não está adequada e enquanto 28 relatam que se encontra adequada essa distribuição.

No campo das múltiplas dimensões das práticas pedagógicas: professor, aluno, metodologia, avaliação, relação professor e aluno, concepção de educação e de escola as características das práticas pedagógicas deveriam direcionar e nortear o trabalho da escola e do professor como uma relação dinâmica. Para tanto, vamos comparar e analisar os resultados obtidos na pergunta que trata **Como você vê a situação da Educação Infantil hoje na rede municipal de ensino em relação a proposta pedagógica existente.** Nessa pergunta foi considerada a resposta da:

Professora de nº 20 que relata em sua resposta que “hoje no município de Portel temos uma proposta pedagógica excelente onde as escolas trabalham de maneira integrada umas com as outras beneficiando a aprendizagem dos alunos com o objetivo da Educação Infantil. Portanto se visualiza que o município está bem em sua proposta pedagógica, precisando melhorar em sua oferta.

Enquanto que a professora de nº 28 diz que “a proposta do município não é nada mal, mas que precisa melhorar e que falta mais formação para que não se trabalhe de maneira solta sem um direcionamento”. Espera-se desta forma que o profissional da educação saiba lidar com a criança e seu processo de desenvolvimento afetivo-emocional, não para “controlar” as emoções das crianças, mas as suas próprias, como forma de favorecer o processo de compreensão de si mesmo por parte da Criança. Cabe ao professor da criança ter atitudes racionais para que possa interagir de forma compreensiva junto aos pequenos, realizando análises para descobrir os motivos sociais das suas crises e dificuldades, pois, só desta forma

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

poderá contribuir para a sua solução. Segundo Bastos, “o atual contexto educacional, no qual as crianças desde muito cedo passam a compartilhar o cotidiano junto com outras crianças, introduz novas necessidades e desafios” (Bastos, 2003, p. 31). Sendo assim, faz-se necessário compreender as vicissitudes do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança em ambientes coletivos. Assim como, a prática de como vai se trabalhar é importante para que o trabalho realmente se desenvolva gradativamente.

CONCLUSÃO

A finalidade deste trabalho foi analisar de que forma ocorre o atendimento e a organização das crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos no município de Portel, e na sequência analisar a prática dos professores, assumindo-se como profissionais que trabalham com essa modalidade. É importante ressaltar a importância da pesquisa, onde a mesma mostra o número de crianças atendidas por idade no município de Portel, mostra também o número de alunos atendidos com deficiência e também quilombolas, o objetivo elencado foi alcançado, sendo respondida a pergunta em questão que é o atendimento e a organização das crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos no município de Portel, e na sequência analisar a prática dos professores.

As dificuldades em atender crianças de 02 (dois) a 5 (cinco) anos perpassa por vários desafios não só por falta de espaços adequados, mas também por falta de materiais didáticos, e por falta de pessoas qualificadas, visto que em sua notoriedade visa em condições importantes para o desenvolvimento das mesmas.

No sentido de tornar alcançável o objeto de estudo e os dados resultantes neste trabalho. Foi abordada uma breve trajetória pela história do atendimento na educação infantil no âmbito da educação básica e também pelo município, mesmo que neste processo os avanços tenham sido poucos. Essa trajetória foi necessária para entender o estudo realizado, onde as dificuldades existentes foi a coleta de dados dos alunos com necessidades especiais, quilombolas e do campo onde esses dados não eram existentes em documentos oficiais e tiveram que ser procurados em fontes dos professores.

Perpassar pelo curso que a Educação Infantil passou nos remete a avanços e retrocessos, como pudemos constatar, as políticas que garante esse atendimento está muito aquém do que poderíamos chamar de melhorias. E o que se observa é que essas melhorias ocorrem de maneira muito lenta.

O estudo realizado trouxe uma reflexão acerca do atendimento a essas crianças e a pratica dos profissionais que trabalha com as mesmas. É notório a importância de crianças serem atendidas nas escolas, mas não só a importância para elas e sim um apoio para a família, onde a família pode se programar para outros afazeres. Observou-se com a pesquisa que o Município de Portel caminha para que isso aconteça, mas que as dificuldades são muitas diante de espaços não adequados para que ocorra de fato essas matrículas. Diante à prática dos profissionais constatou-se que a falta de materiais e espaços adequados ainda é

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

umas dificuldades maiores que se encontra, já em relação ao número de alunos por turma e também sobre a proposta pedagógica que o município trabalha está de acordo com as leis vigentes. Mas para que esse trabalho aconteça com sucesso deve-se estar tudo em consonância um com o outro, tudo de acordo com o que se pede.

Enfim, o estudo, realizado fez uma análise acerca das políticas que atendem essa modalidade no município de Portel, que essa modalidade seja reconhecida como essencial para a primeira etapa dessas crianças. Sabendo que nas últimas décadas as políticas públicas tem contribuído para o avanço nesse atendimento, mas que ainda falta uma atenção maior as mesmas, estudos mostram ser positivo no desenvolvimento intelectual da crianças o acesso à escola. É notório o sucesso escolar em outras fases, quando a criança passa pela educação infantil, principalmente as crianças oriundas do campo, comunidades quilombolas e deficientes, que são as que menos são atendidas pela falta de espaços nas comunidades ribeirinhas e mesmos por profissionais qualificados.

Portanto, conclui-se que a educação infantil precisa ser vista como uma das etapas essenciais e que as políticas públicas precisam acontecer de fato.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adas, A., & Musa, C. (2012). Coleção Prosinha, nível 2: Educação Infantil (1ª Ed.). São Paulo: Saraiva.
- Almeida, A. C. L. (2003). Notas sobre a Reforma Pombalina dos estudos menores no Brasil. In: Magaldi, A. M. (org.). *Educação no Brasil: Historia, Cultura e Política*. Bragança Paulista. SP: EDUSF.
- Barreto, Â. (2008, dez). *Pelo direito à Educação Infantil*. Brasília, n. 46.
- Bastos, A. B. B. I. (2003) *A construção da pessoa em Wallon e a constituição do sujeito em Lacan*. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União. Brasília. DF.
- Brasil. (1990). ECA. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- Brasil. (1996). LDB 9394/1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 20 de nov. de 1996. Brasília. DF.
- Brasil. (2015). Lei 847 de 23 de junho de 2015.
- Brasil. (2012). Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012.
- Brasil. (2013). Lei Nº. 12.796/ 2013: *O que muda na Educação Infantil para 2014*.
- Brentani, F., Machitto, A., Santos, A., Santos, D., Louzada, D., Cunha, F., Porto, H., et.al., (2014). *O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem* (1ª ed., vol 1). Núcleo ciência pela infância.
- Bujes. M. I. E. (2002). *Infância e maquinaria*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura.
- Ghiraldelli Junior, P. (2001). *História da Educação* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Gil, A.C (1994). In Gerhardt; S. *Métodos de Pesquisa*.
- Goldenberg, M. (1997). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Gonçalves, R. A. (org). (1998). *Luzes e Sombras sobre a Colônia – Educação e Casamento na São Paulo do século XVIII* (nº 3). São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP-Departamento de história.
- Google Mapas. *Mapa de Portel – Pará Aéreo*. Retirado a 10 de outubro de 2015, em <https://maps.google.com.br/>.

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Kauark, F. F. C. (2010). *Metodologia da Pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.

Kramer, S. (1995) *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achime.

Kuhmann, J. R. (1998). *Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.

Kuhmann, J. R. (2002). A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: Freitas, M. C. de, & Kuhlmann, J. R. M. (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez.

Kuhmann, J. R. (2003). Educando a infância brasileira. In Lopes, E. M. T., Faria Filho, L. M., & Veiga, C. G. *500 anos de Educação no Brasil*. (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica,.

Leonel, F. S. J. (1952). *O Método Pedagógico dos Jesuítas. O —Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.

MEC. (2005). Livro de estudo / Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005. 42p. Coleção PROINFANTIL. Unidade 1.

Magalhães, A. M., & Alçada, I. (2002). *Saiba o indispensável sobre... As escolas portuguesas hoje – Como se administram?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Marafon, D. (2012). *Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Marques, M. O. (2006). *Formação do profissional da educação*. Ijuí: UNIJUÍ.

Mascarello, D. C. (2006). *História da educação brasileira: os cursos profissionalizantes do colégio polivalente*. Cascavel. Retirado a 10 de outubro, 2015, em <http://docplayer.com.br/6556822-Deborah-cristina-mascarello-historia-da-educacao-brasileira-os-cursos-profissionalizantes-do-colegio-polivalente.html>.

Mello, S. A. (2004). A Escola de Vygotsky. In: Carrara, K. (Org.). *Introdução à Psicologia da Educação: Seis Abordagens*. Campinas, SP: Avercamp Editora

Merisse, A. (1997). *Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches*. São Paulo. Arte e Ciência.

Novais, F. A. (1995). O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: Dias, M. N. *Brasil em perspectiva* (20ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

Oliveira, M. K. (2004). *Aprendizagem Desenvolvimento – Um Processo Sócio - Histórico*. São Paulo: Scipione.

Oliveira, M. K. R. R. A. de. (2011). *Judicialização da Educação: a atuação do Ministério Público como mecanismo de exigibilidade do direito à educação no município de*

Alzeny Flores Pereira. O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

Portel. (2013). Resolução 001, de 18 de abril de 2013 – CMEP, Conselho Municipal de Educação.

Portel. (s.d.). Centro de Atendimento Especializado às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - CAEPNEES. Secretaria Municipal de Educação.

Portel. (2013). Portaria nº. 08, de 30 de dezembro de 2014. *Dispõe sobre a Organização do Sistema de Gestão da Educação Ribeirinha Portelense (SIGERP), a definição de suas Escolas Referências e da anexação das escolas do Campo*. Secretaria Municipal de Educação de Portel.

Portel. (2014). Portaria, 08 de junho de 2014. Secretaria Municipal de Educação de Portel.

Portugal. (s.d.) *Sistema Educativo Nacional de Portugal- OEI – Ministério da Educação de Portugal*. Retirado a 10 de outubro, 2015, em <http://www.oei.es/quipu/portugal/preescolar.pdf>

Lopes, K. R., & Mendes, R. P. (2006). *Proinfância*, coleção módulo I, unidade 4. Livro de estudo (vol. 2). Brasília: Vitória Líbia Barreto de Faria.

Revista Nova Escola. *25 anos: as mudanças na Educação e em Nova Escola*. Retirado a 10 de outubro, 2015, em <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/apresentacao-25anos-mudancas-educacao-nova-escola-618212.shtml?page=1>.

Romanelli, O. O. (1983). *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes,

Schelbauer, A. R. (1998). *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá, Pr: EDUEM.

Souza, M. C. B. R. (2007). *A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural*. Tese (Doutorado em Educação). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

Samuel, R. (s.d.). *História Local e História Oral*. Disponível em: < [http:// www. História Local. Com.br](http://www.HistóriaLocal.Com.br)> Acesso em: 15.02.2016.

Wallon, H. (1971). *As origens do caráter na criança: os prelúdios do sentimento de personalidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Wikipedia.org. (s.d.). *Mapa de Portel - Pará*. Retirado a 10 de outubro de 2015, em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Portel_\(Pará\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Portel_(Pará)).

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

APÊNDICES

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

EDUCAÇÃO INFANTIL: O ATENDIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DE CRIANÇAS DE 02 (DOIS) A 05 (CINCO) ANOS NAS ESCOLAS E TURMAS DO MUNICÍPIO DE PORTEL.

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

1. Nome: _____

2. Idade: _____

II. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

* Tempo de Docência:

() Entre 1 e 5 anos

() Entre 5 a 10 anos

() Entre 10 a 15 anos

() Mais de 15 anos

III. FORMAÇÃO

Ensino Médio

Magistério () Sim

() Não

1. Graduação: () Sim () Não Qual? _____

2. Especialização: () Sim () Não Qual? _____

- O questionário abaixo é Coleta de dados para a realização de estudo sobre a percepção do professor sobre: O atendimento e a organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas do Município de Portel.

Não há resposta certa ou errada;

✓ Todos podem participar expondo o seu ponto de vista;

1. A escola em que você trabalha é adequadas para o atendimento à Educação Infantil no município?

() Sim

() Não

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

2. Você encontrou ou encontra dificuldades para trabalhar na Educação Infantil?

() Sim

() Não

3. A proposta para se trabalhar a educação infantil no município é concernente a realidade local?

() Sim

() Não

4. A escola possui ambientes que contribuem para trabalhar as atividades desenvolvidas com as crianças?

() Sim

() Não

5. Existem materiais adequados disponíveis para realizações das atividades?

() Sim

() Não

6. A distribuição dos alunos nas turmas segue as recomendações das leis vigentes?

() Sim

() Não

7. Como você vê a situação da Educação Infantil hoje na rede municipal de ensino?

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

ANEXOS

Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

CASULO DA MÔNICA



TEREZINHA DE JESUS



Alzeny Flores Pereira.O atendimento e a Organização de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos nas Escolas e Turmas de Educação Infantil do Município de Portel – Pa - BR e a Práxis dos professores que atendem essa modalidade.

ANEXA AO CENTRO EDUCACIONAL ROOLI



BOA ESPERANÇA

